

**MILLENE SOARES CARDOSO**

**MEMÓRIAS DE MULHERES: EXPECTATIVAS  
E VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**MESTRADO E DOUTORADO EM PSICOLOGIA**

**CAMPO GRANDE-MS**

**2024**

**MILLENE SOARES CARDOSO**

**MEMÓRIAS DE MULHERES: EXPECTATIVAS  
E VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação –  
Mestrado em Psicologia da Universidade Católica Dom  
Bosco, como requisito parcial para obtenção do título de  
Mestre em Psicologia, área de concentração: Psicologia da  
Saúde, sob a orientação do Professor Dr. Rodrigo Lopes  
Miranda.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**MESTRADO E DOUTORADO EM PSICOLOGIA**

**CAMPO GRANDE-MS**

**2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária Mourâmise de Moura Viana - CRB-1 3360

C268m Cardoso, Millene Soares  
Memórias de mulheres: expectativas e violência de gênero/ Millene Soares Cardoso sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo Lopes Miranda. -- Campo Grande, MS : 2025. 103 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2025  
Bibliografia: p. 87 - 95


1. Mulheres - Aspectos socioculturais. 2. Mulheres - Violência. 3. Memórias. I. Miranda, Rodrigo Lopes. II. Título.

CDD: 306.766

A dissertação apresentada por **MILLENE SOARES CARDOSO**, intitulada “**MEMÓRIAS DE MULHERES: EXPECTATIVAS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO.**”, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em PSICOLOGIA à Banca Examinadora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), foi **aprovado**.

**Rodrigo Lopes Miranda**, como presidente da banca assinei a folha de aprovação com o consentimento de todos os membros, ainda na presença destes.

## **BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 **RODRIGO LOPES MIRANDA**  
Data: 10/12/2024 15:42:48-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dr. Rodrigo Lopes Miranda**  
Profa. Dra. Luziane de Fátima Kirchner  
Profa. Dra. Carolina Laurenti

Campo Grande - MS, 09 de dezembro de 2024.

## **DEDICATÓRIA**

Às participantes deste estudo. Sem vocês nada disso seria possível!

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe e ao meu pai, Gisleine e Miguel, agradeço todo o esforço, amor e dedicação de uma vida inteira.

À minha madrinha e ao meu padrinho, Cemira e Valdemilson (*in memoriam*), por acreditarem em mim.

À minha família, por torcer por mim, cada um à sua maneira e dentro de suas possibilidades.

Às minhas amigas desde a graduação, Giulia e Vitória, por se fazerem presentes apesar da minha ausência e por me lembrarem de comemorar minhas conquistas.

Aos amigos de fora do ambiente acadêmico, vocês são imprescindíveis.

Ao Laboratório de Estudos Históricos em Psicologia, Saúde e Educação (LEHPSE) pelo acolhimento, amizade e por tornarem a vida acadêmica mais leve.

Aos professores que estiveram em meu caminho, levo comigo um pouco de cada um na minha formação.

À minha psicóloga, Luciane Maria Damico, pelo acolhimento e cuidado ao longo desse processo.

À professora Stéphanie Pache, por aceitar o convite para participar da banca de qualificação desse trabalho e por suas contribuições.

Às professoras Luziane de Fátima Kirchner e Carolina Laurenti, por aceitarem o convite para participar da banca examinadora deste trabalho e por suas contribuições.

Ao meu orientador, Rodrigo, pela orientação afetiva e cuidadosa. Obrigada por se fazer presente, me enxergar, estar ao meu lado e acreditar em mim. Rodrigo, você é o meu exemplo de profissional internalizado!

À UCDB, pelas oportunidades oferecidas desde a época da graduação.

À CAPES, pelo suporte fornecido a esta pesquisa.

## RESUMO

**Introdução:** Entende-se a violência como um fenômeno histórico que constrói e transforma o tecido social em diferentes temporalidades. A violência se faz presente ao falarmos em cultura, tradição, política, classes sociais e econômicas, assim como em relação ao gênero, entre outros. **Objetivos:** A investigação apresentada se debruça sobre as memórias pessoais sobre o desenvolvimento social e de violência de gênero de cinco mulheres maiores de idade e residentes da cidade de Campo Grande, no estado do Mato Grosso do Sul. **Metodologia:** Estudo de caráter qualitativo, de orientação descritiva e amostra por conveniência, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/Parecer N° 6.121.470). Fundamentado no conceito de Memórias Pessoais, fez uso da História Oral mediante a estratégia de *Snowball Sampling*. **Resultados:** As memórias descritas apresentam como o meio social dispõe/impõe padrões estéticos (e.g., cuidados com cabelo, unhas, roupas, etc.), comportamentais (e.g., passividade, sensibilidade, delicadeza, submissão, etc.), de orientação sexual (e.g., heteronormatividade compulsória), dentre outros, às mulheres. Além disso, expressa a presença constante de violência de gênero no campo social. Externaliza que tais violências ocorrem em diferentes espaços (e.g., públicos e privados) e de forma independente da proximidade (e.g., parentalidade, proximidade, consanguinidade) dos meninos e homens que a praticam. **Considerações Finais:** Apesar das limitações deste estudo, ele viabiliza o acesso à descrição das memórias de mulheres. Isso permitiu contar uma pequena parcela das histórias de mulheres sul-mato-grossenses. Relatar histórias possibilita compreender a estrutura social em que o sexo e o gênero estão imbricados socialmente no que é ser mulher.

*Palavras-chave:* memórias, mulheres, violência.

## ABSTRACT

Introduction: Violence is understood as a historical phenomenon that constructs and transforms the social fabric across different time periods. Violence is present when discussing culture, tradition, politics, social and economic classes, as well as in relation to gender, among others. Objectives: The investigation presented focuses on personal memories regarding social development and gender-based violence experienced by five adult women residing in the city of Campo Grande, Mato Grosso do Sul (MS). Methodology: This is a qualitative study with a descriptive approach and a convenience sample, approved by the Research Ethics Committee (CEP/Approval No. 6.121.470). It is based on the concept of Personal Memories and employs Oral History using the Snowball Sampling strategy. Results: The described memories illustrate how our social environment establishes/imposes aesthetic standards (e.g., hair, nails, clothing care, etc.), behavioral standards (e.g., passivity, sensitivity, delicacy, submission, etc.), sexual orientation standards (e.g., compulsory heterosexuality), and others upon women. Additionally, the study expresses the constant presence of gender-based violence in our social field. It externalizes that such violence occurs in different spaces (e.g., public and private), and that regardless of the proximity (e.g., parenthood, closeness, consanguinity) of the boys and men who perpetrate it. Conclusions: Despite the limitations of this study, it provided an opportunity to access and describe the memories of women. This allowed us to tell a small portion of the stories of women from Mato Grosso do Sul. Telling our stories enables us to understand the social structure in which we live—a structure in which sex and gender are socially intertwined with what it means to be a woman.

*Keywords:* Memories; Women; Violence; Expectation.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma Análise de Conteúdo.....	31
--	----

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Caracterização das Participantes.....	29
--	----

## **LISTA DE APÊNDICES**

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	97
---	----

## **LISTA DE ANEXOS**

ANEXO A – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).....	101
---	-----

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

APA	Associação Americana de Psiquiatria
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFP	Conselho Federal de Psicologia
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
ISTs	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travetis, Queer, Intersexo, Assexuados, Pansexuais, Não binários, + (outros grupos/variações de gênero e sexualidade)
MS	Mato Grosso do Sul
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
P1	Participante 1
P2	Participante 2
P3	Participante 3
P4	Participante 4
P5	Participante 5
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1	Memorial .....	12
1.2	Justificativa .....	15
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS .....</b>	<b>24</b>
2.1	Objetivo Geral .....	25
2.2	Objetivos Específico .....	25
<b>3</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>26</b>
3.1	Natureza da Pesquisa .....	27
3.2	Participantes .....	28
3.3	Procedimentos de Coleta .....	29
3.4	Procedimentos de Análise .....	30
<b>4</b>	<b>GÊNERO: UM MARCADOR SOCIAL .....</b>	<b>32</b>
4.1	Tornar-se Mulher: Expectativas de Gênero .....	35
4.1.1	<i>Expectativas Estéticas</i> .....	35
4.1.2	<i>Expectativas Comportamentais</i> .....	38
4.1.3	<i>Expectativas de Orientação Sexual</i> .....	47
4.2	Arrematando .....	58
<b>5</b>	<b>MEMÓRIAS MARCADAS: A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO COTIDIANO DE MULHERES .....</b>	<b>61</b>
5.1	Violência de Gênero: Entre Vivências Sutis e Explícitas .....	63
5.1.1	<i>Violência Simbólica</i> .....	63
5.1.2	<i>Assédio Sexual</i> .....	66
5.1.3	<i>Violência Psicológica</i> .....	79
5.2	Arrematando .....	79

<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	83
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	87
	<b>APÊNDICES</b> .....	96
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) .....	97
	<b>ANEXOS</b> .....	100
	ANEXO A – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) .....	101

## 1. APRESENTAÇÃO

---



“Não aceito mais as coisas que não posso mudar,  
estou mudando as coisas que não posso aceitar.”

Angela Davis

## 1.1. Memorial

Escrever um memorial não é uma tarefa fácil. Afinal, é difícil se vulnerabilizar. Na minha primeira tentativa de escrevê-lo reservei-me o direito de não transmitir quem sou em algumas páginas. A ansiedade, a angústia, a incerteza e o sentimento de insuficiência me tomaram. Passados alguns meses, percebo que só preciso contar a minha história, assim como as participantes deste estudo.

Minha história começa em maio do ano 2000, em Bonito, cidade do interior de Mato Grosso do Sul (MS). Quando nasci, meus pais haviam se casado há pouco tempo. Minha mãe, Gisleine, nasceu e foi criada em Ponta Porã, também no interior do MS, e meu pai, Miguel, nasceu em Bonito. Eles casaram-se no final da década de 1990 e logo mudaram-se para a minha cidade natal. Somos descendentes de duas famílias com histórias de vulnerabilidade social e econômica. Isso sempre fez com que meus pais tivessem que trabalhar muito. Como Bonito é uma cidade turística, meu pai se tornou guia e minha mãe, agente de viagens. Com o esforço, o trabalho e a dedicação deles, meu irmão mais novo e eu tivemos acesso a oportunidades tão desejadas por eles para nós.

Nossos pais sempre viram a educação como um caminho repleto de possibilidades. Desde crianças éramos incentivados a estudar e a nos dedicar aos estudos. Somente com a educação poderíamos alcançar uma vida que incluísse tudo aquilo que eles não tiveram acesso. Por termos mãe e pai que valorizavam a educação, tivemos o privilégio de cursar os primeiros anos escolares em instituições particulares. Ao iniciar o ensino médio, meus pais contaram como desejavam ter a chance de nos mandar para Campo Grande (capital de MS)

para que pudéssemos estudar em uma escola melhor e, assim, termos a oportunidade de ingressar na universidade. O sonho deles sempre foi o nosso diploma universitário.

No final do meu segundo ano do ensino médio, meus pais começaram a verificar a possibilidade de nos mandar para a “cidade grande”. Estávamos os quatro (ou seja, eu, minha mãe, meu pai e meu irmão) assustados. Alguns meses depois, nossos pais nos contaram que nos mudaríamos e que estudaríamos em uma escola estadual de período integral considerada, à época, uma das melhores escolas da cidade e com muitas aprovações em vestibulares. No início de 2017, nos mudamos para Campo Grande. Eu estava no último ano do ensino médio e senti fortemente o impacto de sair de casa, morar sozinha (apenas com meu irmão) e estar em uma cidade desconhecida.

Mudar de cidade. Morar na capital. Morar sozinha. Decidir meu futuro. Conhecer novas pessoas. Tentar não perder as antigas. Cuidar do meu irmão mais novo. Passar no vestibular. Ingressar em uma universidade federal ou conseguir uma bolsa em uma universidade particular. Tentar gostar da escola nova. Foram muitas outras coisas além dessas naquele ano. Ter apenas 16 anos e lidar com tudo isso foi muito difícil. Ainda bem que deu tudo certo e posso dizer que ganhei uma bolsa na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) para o curso de graduação em Psicologia.

Mudar minha vida em prol da possibilidade de um futuro melhor fez com que eu descobrisse muitas coisas. A “cidade grande”, a universidade, os amigos que fiz ao longo da graduação, os professores que ministraram as aulas, os estágios, os projetos de iniciação científica (Arambell et al., 2021; Guimarães et al., 2023), etc. abriram um novo mundo. Cresci e pude descobrir-me ao longo desses anos. Como eu disse, minha mãe e meu pai sempre incentivaram-me em relação aos estudos e sempre considerei-me uma pessoa estudiosa, alguém que realmente gostava de aprender.

Quando escrevi este memorial pela primeira vez contei uma história de quando eu tinha

cerca de cinco ou seis anos. Era a história de quando treinei minha caligrafia na cama até adormecer. Era uma tarefa. Naquela noite, fiz mais do que uma tarefa de caligrafia; fiz várias e adormeci com lápis e caderno na mão. Apesar de ser uma história de mais de quinze anos atrás, representa como eu encontrei-me nos estudos, na profissão e no meio acadêmico. Sou completamente realizada com o que faço. Importo-me e dedico-me por inteiro a esse mundo que descobri e ao qual me sinto pertencente. Em momentos em que a vida parece sem sentido, é o amor pelo que faço que sustenta-me e isso acontece surpreendentemente desde o primeiro semestre da graduação. Ainda bem que cresci com uma mãe e um pai que acreditam e valorizam a educação. Acho que jamais conseguirei mensurar o significado de ter sido incentivada por eles e de vê-los fazendo o que podiam e o que não podiam para que eu tivesse as melhores oportunidades.

A educação ensinou-me a pensar, refletir, investigar, criticar, duvidar, criar e explorar. Minha vida foi transformada pela educação. Para mim, ela é a possibilidade de mudança, a possibilidade de uma nova realidade, a possibilidade de transformação. Em *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*, Hooks (1994/2013) diz:

A academia não é o paraíso, mas o aprendizado, é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula com todas suas limitações continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, exigir de nós e de nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permite encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginemos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade (p. 273).

Como afirma Hooks, a academia não é o paraíso; na verdade, não chega nem perto disso. Ela pode ser o oposto do paraíso por muitos motivos. Lutar pela educação quando ela é consistentemente ameaçada e enfraquecida, como nos últimos anos, não é fácil. Seguimos na

tentativa de pensar, refletir, investigar, criticar, duvidar, criar e explorar. A educação como prática de liberdade possibilita que nos aliemos à transformação social, aos interesses e movimentos da população, subvertendo normas e estruturas vigentes.

Este estudo surgiu de muitas partes de mim, de quem eu sou, das minhas vivências, meus valores, da minha vontade de aprender e de mudar, mas também e, principalmente, das inúmeras mulheres que partilham da mesma história. Histórias de luta por direitos, violência, não conformação, desvalidação, etc. Reconheço que muito já foi feito, contudo, ainda há muito a fazer. Dentre aquilo que pode ser feito emerge a ideia de conhecer as histórias de mulheres de um dos piores estados (i.e., Mato Grosso do Sul, MS) para ser mulher no Brasil (Bretas, 2017<sup>1</sup>; Couto, 2024<sup>2</sup>; Mendonça, 2024<sup>3</sup>).

## 1.2. Justificativa

Entende-se a violência como um fenômeno histórico que constrói e transforma o tecido social em diferentes temporalidades. A violência faz-se presente ao falarmos em cultura, tradição, política, classes sociais e econômicas, assim como em relação ao gênero, entre outros. Estudos apontam a violência como um elemento de espaços sociais (Girard, 1990; Bernaski & Sochodolak, 2018). A violência manifesta-se de formas distintas em cada período, caracterizando-se de acordo com o tempo em que se situa, tendo como função o poder, o controle e a punição. Em meados do século XX, a problemática da violência passou a ser amplamente discutida devido ao grande número de vítimas e à magnitude das sequelas físicas

---

<sup>1</sup> “Os estados com as maiores taxas de estupro do país; MS lidera”. <https://exame.com/brasil/os-estados-com-as-maiores-taxas-de-estupro-do-pais-ms-lidera/>

<sup>2</sup> “MS fica em 3º lugar do país com maior registro de violência contra mulher”. <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/ms-fica-em-3o-lugar-do-pais-com-maior-registro-de-violencia-contra-mulher>

<sup>3</sup> “Denúncias de violência contra a mulher têm aumento de 27% em Mato Grosso do Sul”. <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2024/08/16/denuncias-de-violencia-contra-a-mulher-tem-aumento-de-27percent-em-mato-grosso-do-sul.ghtml>

e psicológicas, tornando-se uma questão de saúde pública e de direitos humanos, dominando os debates públicos e sociais da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) (Minayo, 2006).

Em 2002, por meio do *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*, a OMS definiu a violência como “o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação” (p. 5). Portanto, a violência decorreria de atos que geram efeitos negativos à saúde ou ao bem-estar do indivíduo. Além disso, outros aspectos estão inclusos em sua definição, de forma implícita, como: todos os atos de violência, sejam públicos ou privados, sejam reativos (em resposta a acontecimentos anteriores), antecipatórios ou mesmo criminosos ou não.

Nesse mesmo relatório, a OMS (2002) tipificou as diferentes formas com que a violência se manifesta a fim de identificar e qualificar os diversos elos que as unem. Assim, há três categorias de violência, a saber: a) violência autodirigida — violência infligida a si mesmo, na qual a ocorrência da violência é autolesiva; b) violência interpessoal — violência infligida pelo outro, englobando a violência familiar e a violência por parceiros íntimos, em que os atos violentos ocorrem dentro dos lares; e c) violência coletiva — violência infligida por um grupo, sendo a violência social, política e econômica. Dessa forma, nota-se que a violência é um componente das relações humanas.

A OMS (2002) aponta que a violência se dá como consequência da complexa interação entre indivíduo e sociedade. Isso posto, o presente trabalho se aprofundará na violência de gênero. Segundo a mesma organização, uma em cada três mulheres, cerca de 66 milhões nas Américas, vivencia situações de violência durante a vida. De acordo com o *Mapa da Violência* (2015), o Brasil ocupa o quinto lugar no ranking de países com o maior número de crimes violentos contra as mulheres. O *Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança*

*Pública* (Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA, 2019) evidenciou que, no ano de 2018, o estado de Mato Grosso do Sul (MS) atingiu a terceira posição entre os estados com os maiores índices de violência de gênero. Esse tipo de violência pode ser reconhecido por meio de diferentes terminologias, tais como: "violência entre parceiros íntimos", "violência doméstica ou familiar", "violência conjugal ou na intimidade", "violência marital", "violência contra a(s) mulher(es)", dentre outras. Dessa forma, reconhece-se a necessidade da discussão das terminologias utilizadas ressaltando que cada uma delas possui suas especificidades e não deve ser empregada como sinônimo, como tem acontecido.

A violência por parceiro íntimo, de acordo com o Centers for Disease Control and Prevention (2006, *apud* Cheung et al., 2009), caracteriza-se por “qualquer abuso físico, emocional ou sexual entre duas pessoas envolvidas em um relacionamento” (p. 447). A OMS (2021) compreende a violência por parceiros íntimos como qualquer comportamento de um atual ou ex-parceiro íntimo no contexto do casamento, coabitação ou qualquer união formal ou informal que cause danos físicos, sexuais ou psicológicos. Um estudo divulgado pela OMS (2021) afirma que as mulheres são a maioria das vítimas em situações de violência em relacionamentos heteronormativos. Sendo assim, tal violência origina-se por meio de um namorado, noivo, esposo ou qualquer homem com uma relação atual ou remanescente com uma mulher.

A violência doméstica ou familiar é definida como “a agressão contra a mulher, num determinado ambiente (doméstico, familiar ou de intimidade), com a finalidade específica de objetá-la, ou seja, de retirar-lhe direitos, aproveitando-se de sua hipossuficiência” (Cunha & Pinto, 2007, p. 2). Estipula-se que a violência é perpetrada dentro da casa ou moradia da vítima. A literatura aponta que a violência familiar tende a ser definida a partir de relações consanguíneas, de aliança e de filiação (Azambuja & Nogueira, 2007), excluindo sujeitos que não tenham relações consanguíneas ou afetivas, independentemente do sexo da vítima ou do

agressor. Nessa lógica, a violência familiar subdivide-se em: a) violência conjugal ou na intimidade — entre um casal; violência marital — que ocorre durante o período de namoro ou na fase de separação; b) violência parental — caracterizada por pais agressivos; c) violência fraternal — entre irmãos; d) violência contra os idosos — praticada por filhos, netos ou cuidadores contra pessoas em idade avançada; e e) assim sucessivamente, tantos quantos forem os papéis familiares possíveis (avós-netos, tios- sobrinhos, sogros-nora/genro, etc.) (Matos, 2006).

Diferentemente da violência por parceiro íntimo, doméstica ou familiar, a violência contra a(s) mulher(es), por sua vez, fundamenta-se no sexo da vítima incluindo a violência doméstica, o estupro, o tráfico e a exploração sexual. No Brasil, a *Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher* (Instituto de Pesquisa DataSenado, 2023) salienta que 30% das mulheres já vivenciaram violência doméstica ou familiar provocada por homens. O relatório *Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil* (do Fórum Brasileiro de Segurança Pública - UNFPA, 2019) aponta que mais de um terço das brasileiras acima de 16 anos já encontraram-se em situação de violência física ou sexual provocada por parceiro íntimo ao longo da vida.

Isso posto, em 25 de novembro de 2004, foi criada a Lei Maria da Penha com o objetivo de proporcionar assistência e proteção às mulheres em situação de violência, assim como punir os agressores. Sancionada em 7 de agosto de 2006, a Lei n.º 11.340<sup>4</sup> contempla os seguintes contextos de violência: doméstica, familiar e entre parceiros íntimos, assegurando que:

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual

---

<sup>4</sup> Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)

e social.

A referida lei atesta o reconhecimento, por parte do Estado, de que a violência contra a mulher constitui uma violação dos direitos humanos. Contudo, assim como a Lei Maria da Penha, os termos "violência entre parceiros íntimos", "violência doméstica", "violência familiar" e outros têm suas limitações. As terminologias apresentadas sugerem que o(a) perpetrador(a) da violência seria alguém que possui um relacionamento interpessoal com a mulher em situação de violência e que o ambiente em que ela ocorre seria o lar ou a casa da mulher em situação de violência. Além disso, o sexo do perpetrador não é posto em questão, não especificando as relações de gênero de quem perpetra e de quem vivencia a situação de violência.

O gênero, como uma categoria analítica, é um construto de caráter histórico, social e político. Diferenciando-se do sexo, que faz referência às características biológicas entre o feminino e o masculino, o gênero remete a um constituinte social de poder, que atravessa a cultura e as relações estabelecidas entre homens e mulheres (Scott, 1992; Oakley, 2016). Nesse sentido, homens e mulheres são classificados, mediante determinismo biológico, em um sistema simbólico carregado de significados. Culturalmente, o sistema de gênero determina valores e hierarquias sociais e, nessa seara, as relações de gênero caracterizam-se como uma construção social permanente. Nelas, historicamente, concretiza-se a ideia de que os homens são detentores de poder, respeito e possibilidades, dominando o meio em que estão inseridos, enquanto as mulheres vivem à margem desse contexto (Carloto, 2001; Sardenberg, 2015).

Interpreta-se como marginais aqueles espaços, instituições, temáticas, autores, etc. que, por forças sociais, foram delegados à margem daquilo que se constitui como central/oficial em um horizonte sócio-histórico. Seus esforços articulam-se e complementam aquelas histórias que, outrora, denominávamos de centrais/oficiais, já que trazem novos objetos e atores que, até então, estavam à parte (Schmitt, 1978/1990). Em *O Feminismo é*



*para Todo Mundo: Políticas Arrebatadoras* (2018), Bell Hooks aborda como as mulheres foram historicamente marginalizadas, sendo invisibilizadas em áreas fundamentais da existência (e.g., vida social, política, econômica e direitos). A autora também discute que o lugar que a mulher ocupa em nosso campo social é o de "outro", sendo vista como distinta dos homens, como cidadã de segunda classe, cujos direitos, experiências e necessidades são, muitas vezes, ignorados. Nesse cenário se insere esta pesquisa, entrelaçando as memórias pessoais de mulheres em conjunto com os aspectos procedimentais da história oral e os estudos de gênero.

Segundo o dicionário, o termo *recordar* refere-se a "fazer voltar à memória" ou "lembrar-se". Nesse contexto, Sá (2007) define as memórias pessoais como aquelas relacionadas às experiências passadas de quem as recorda, sendo essas, inevitavelmente, influenciadas por um contexto histórico e social. Assim, é possível entender que as memórias, enquanto seres sociais, são moldadas e mediadas pelas interações sócio-históricas vivenciadas. Ao refletir sobre as memórias que nos atravessam e fazem parte de nossas histórias é essencial considerar aquelas que deixam marcas em nossas vidas. Nesse sentido, Sá (2007) aponta que o processo de registro das memórias (incluindo codificação e armazenamento) não é isento de influências, uma vez que é afetado por fatores subjetivos como emoções, percepções e significados pessoais.

A memória pessoal, portanto, pode ser entendida como uma abordagem teórica que busca narrar as histórias de indivíduos moldados por características sociais possibilitando uma reconstrução do passado, do presente e do futuro. Em outras palavras, uma experiência íntima é transformada em algo social e histórico por meio de processos como comunicação, interpretação e institucionalização. Nesse processo, a história oral surge como uma forma de acessar as memórias privadas de indivíduos inseridos em contextos sociais diversos.

A história oral, enquanto abordagem metodológica, destaca-se por dar voz a pessoas

cujas histórias não são frequentemente representadas nos grandes relatos históricos, como figuras políticas ou públicas. Ela busca resgatar as experiências de grupos sociais muitas vezes marginalizados ou esquecidos pelos registros formais da história (Holanda & Meihy, 2007). Dessa forma, a história oral propõe-se a recuperar narrativas de pessoas que vivenciaram acontecimentos significativos frequentemente ignorados pelos registros oficiais oferecendo uma nova perspectiva sobre o passado.

No Brasil, os estudos de gênero têm se aprofundado dentro das Ciências Humanas e Sociais desde a década de 1980, recebendo visibilidade no meio acadêmico como uma categoria fundamental para a análise crítica das desigualdades que marcam as múltiplas vivências das mulheres (Saffioti, 1999; Curado & Jacó-Vilela, 2021). Considerando a pluralidade dos estudos de gênero e atestando sua perspectiva complexa e multidimensional, faz-se necessário especificar que, ao optar pela terminologia "violência de gênero", compreende-se que essa categoria possibilita a promoção de um espaço de visibilidade para a opressão e a discriminação das mulheres descrevendo a realidade social e possibilitando uma nova perspectiva de leitura e análise dos fenômenos sociais. Não se trata de um viés vitimizador em relação às mulheres (Olimpio, 2019).

Ao reconhecer que as violências que incidem sobre as mulheres são geradas em um contexto de relações assimétricas de poder tendo em vista os cenários sociais e históricos de alteridade, talvez seja possível vislumbrar a construção de relações de maior equidade e igualdade. Há uma legitimidade social da violência, fato que exige a implementação de políticas e ações intersetoriais e interdisciplinares que promovam a discussão e o combate às desigualdades e à violência de gênero.

Como um fenômeno social, a violência de gênero torna as mulheres vulneráveis, independentemente do seu contexto. As mulheres em situação de violência têm sua identidade e memórias marcadas. Assim, é imprescindível que a Psicologia assuma um papel crítico e

ativo frente à violência de gênero na qualidade de ciência e profissão. O *Código de Ética do Psicólogo* defende os direitos humanos como diretriz para a atuação profissional (Conselho Federal de Psicologia - CFP, 2013). A violência de gênero é um fenômeno multidimensional e não pode ser dissociada do campo social no qual se constrói e se manifesta, o que torna indispensável o estímulo à reflexão e à integração de práticas abrangentes e factíveis frente ao fenômeno investigado. Assim, torna-se necessário que a Psicologia repense sua atuação e, conseqüentemente, a formação da(o) psicóloga(o), buscando uma ampliação que agregue e incorpore intervenções psicossociais intersetoriais. Portanto, a Psicologia deve constituir-se como um saber aliado à transformação social, ao movimento da sociedade e aos interesses da população.

Para tanto, o presente estudo originou-se da tentativa de compreender a atuação da(o) psicóloga(o) no atendimento psicoterápico a mulheres que vivenciaram situações de violência. Observamos poucos estudos sobre a formação e a atuação da(o) psicóloga(o) no que diz respeito a mulheres em situação de violência (Numhauser & Soto, 2006), o que nos conduziu ao interesse pela temática a fim de contribuir de forma reflexiva e prática para a relevância dessa questão na formação e atuação de futuras(os) terapeutas. Contudo, após a realização das entrevistas e da análise de seus conteúdos, notamos dois aspectos.

Primeiramente, um conjunto de memórias pessoais (Sá, 2007) que remetiam a histórias de violências cotidianas na constituição do “ser mulher” das entrevistadas. Inclusive, tais memórias tornariam-se o foco central desta pesquisa, já que inicialmente nosso intuito era tatear as memórias pessoais sobre os atendimentos da(o) psicóloga(o) frente à violência e não a própria violência e vivência de “ser mulher.” Em segundo lugar, a maioria das participantes deste estudo possui formação em psicologia e, aparentemente, isso impactou na escolha das(os) profissionais que as atenderiam. Assim, podemos supor que o letramento de gênero das entrevistadas psicólogas interferiu tanto na(o) psicoterapeuta procurada(o) quanto na

reflexão sobre sua história frente às violências de gênero. Esse segundo item, inclusive, deve ser melhor explorado em pesquisas futuras. Sendo assim, sensíveis aos conteúdos evocados por nossas entrevistas, mudamos o objeto da pesquisa: a investigação ora apresentada se debruça sobre as memórias do desenvolvimento social e de violência de gênero das participantes.

## **2. OBJETIVOS**

---

## **2.1 Objetivo Geral**

Identificar e descrever memórias pessoais de experiências de violência de gênero em mulheres maiores de idade.

## **2.2 Objetivos Específicos**

- Descrever as memórias pessoais de mulheres sul-mato-grossenses sobre sua história de vida;
- Descrever as memórias pessoais de mulheres sul-mato-grossenses acerca de suas histórias com a violência de gênero; e
- Analisar e discutir memórias pessoais de mulheres sul-mato-grossenses sobre suas vivências a partir de uma perspectiva das construções sociais de gênero.

### **3 PERCURSO METODOLÓGICO**

---

### 3.1 Natureza da Pesquisa

Trata-se de um estudo qualitativo, de orientação descritiva e amostra por conveniência, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/Parecer N.º 6.121.470) (Apêndice A). Fundamentado intrinsecamente no conceito de Memórias Pessoais (Sá, 2007), faz uso de estratégias da História Oral (Darahem et al., 2014), particularmente de seus aspectos procedimentais de entrevistas por meio da técnica de *Snowball Sampling* (Goodman, 1961).

Sá (2007) define memórias pessoais como vivências de sujeitos que se recordam. Como seres sociais somos constantemente atravessados pelo nosso campo social (e.g., pessoas, grupos e instituições) que diz respeito a cenários sócio-históricos. O autor salienta que o curso de registro de memórias não é neutro, uma vez que essas entrelaçam-se a fatores subjetivos (e.g., emoções, percepções, significados pessoais) ao serem preservadas. Nesse sentido, Holanda e Meihy (2007) descrevem a história oral como “estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do **tempo presente** e reconhecida como **história viva**” (p. 17, grifo dos autores). Nossas memórias/histórias são marcadas e mediadas por nossas interações sócio-históricas. E, apesar de serem de foro íntimo, as memórias pessoais apresentadas neste trabalho são resultado da presença da violência de gênero no campo social.

A coleta de dados deu-se por meio de entrevistas individuais semiestruturadas. A entrevista viabiliza que a(o) participante conte “aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (Rudnicki et al., 2021, p. 85). Contribuindo significativamente para a compreensão das relações de gênero que se estabelecem de forma sócio-histórica, além disso, a semiestruturação de uma entrevista permite a construção de um roteiro norteador para a sua realização e, por tratar-se de uma técnica essencialmente fundamentada na interação social entre pesquisador(a) e



participante (Mondada, 1997), há a possibilidade de o encontro promover uma conversa dinâmica e flexível acerca do fenômeno investigado.

Para o levantamento de participantes utilizou-se a técnica de *Snowball Sampling*, que emprega a rede pessoal da pesquisadora para selecionar as participantes que fazem parte da população-alvo (Goodman, 1961). Nesse caso, a pesquisadora convida a primeira participante e, a partir do primeiro aceite, as partícipes são solicitadas a indicar outras. A primeira participante indica alguém com quem tenha uma relação interpessoal, a segunda indica outra e assim por diante, até que seja alcançado o tamanho amostral desejado. Faugier e Sargento (1997) apontam a técnica de *Snowball Sampling* como uma abordagem que compreende que membros (e.g., mulheres com vivências semelhantes) de uma mesma população se conhecem e identificam-se.

Para o delineamento das entrevistas foram consideradas informações dispostas na literatura sobre violência de gênero. O relatório *Global, regional and national estimates for intimate partner violence against women and global and regional estimates for non-partner sexual violence against women*, cuja coleta de dados ocorreu entre os anos de 2000 a 2018, divulgado em 2021, apresenta dados do maior estudo realizado sobre a prevalência da violência de gênero, sendo conduzido pela OMS em nome de um grupo de trabalho especial das Nações Unidas. Segundo o relatório, ao longo da vida, uma em cada três mulheres, cerca de 736 milhões, é submetida a algum tipo de violência por parte de seu parceiro ou de um não parceiro. Assim, presumimos que mulheres que vivenciaram episódios de violência de gênero conhecem outras mulheres que compartilham vivências parecidas e podem conduzir a pesquisadora a elas.

### 3.2 Participantes

Participaram desta pesquisa cinco mulheres maiores de idade que vivenciaram contextos de violência de gênero, residentes no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, que estavam em acompanhamento psicoterápico e dispuseram-se a participar da entrevista de forma presencial. A fim de preservar a identidade das entrevistadas, adotou-se o termo “participante” seguido pela ordem numérica em que sucederam as entrevistas. Por exemplo, a primeira entrevistada foi denominada Participante 1 (P1) e assim por diante.

Na Tabela 1 é possível verificar as características das participantes observando-se diferentes marcadores sociais (e.g., variáveis geracionais, identidade de gênero, raça, orientação sexual, entre outros) que podem ter impactado os resultados deste estudo. No que tange aos marcadores sociais, é importante frisar que as variáveis das participantes não foram planejadas. Assim, percebe-se a necessidade de adotar uma abordagem interseccional para a compreensão das múltiplas formas de dominação e opressão que as mulheres enfrentam.

**Tabela 1**

*Caracterização das Participantes*

<b>Identificação das Participantes</b>	<b>Idade</b>	<b>Identidade de Gênero</b>	<b>Raça</b>	<b>Orientação Sexual</b>	<b>Profissão</b>
Participante 1 (P1)	28	Mulher Cisgênero	Branca	Lésbica	Psicóloga
Participante 2 (P2)	23	Mulher Cisgênero	Negra	Bissexual	Psicóloga
Participante 3 (P3)	23	Mulher Cisgênero	Branca	Bissexual	Psicóloga
Participante 4 (P4)	22	Mulher Cisgênero	Branca	Bissexual	Advogada
Participante 5 (P5)	33	Mulher Cisgênero	Branca	Lésbica	Psicóloga

### 3.3 Procedimentos de Coleta

As entrevistas foram realizadas em diferentes espaços conforme a conveniência das participantes. Este estudo refere-se a uma temática sensível e, por isso, buscou-se conduzir as

entrevistas de forma que as participantes se sentissem o mais à vontade possível, destacando que a entrevista poderia ser interrompida a qualquer momento. Todas as entrevistas ocorreram de julho a agosto de 2023.

As entrevistas semiestruturadas oferecem uma composição básica que norteia o encontro, possibilitando novas indagações à medida que a entrevista progride, explorando nuances e detalhes que um roteiro mais rígido poderia ignorar (Mondada, 1997). As entrevistas ocorreram após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo A) com o auxílio de um gravador para que, posteriormente, fossem transcritas. As participantes tiveram acesso à transcrição e puderam retirar da entrevista trechos que julgaram necessários.

As perguntas norteadoras foram: (1) Conte-me a sua história com a violência de gênero. (2) Como você recorda acerca da sua criação? (3) Como deu-se o início do seu processo psicoterápico? A violência que você vivenciou influenciou sua busca pela terapia? (4) Como o seu terapeuta intervém frente às suas memórias de violência? (5) Como foi reviver essa memória na terapia? E como está sendo agora, durante a entrevista?

Considerando as modificações realizadas neste trabalho, o enfoque da discussão apresentada ocorrerá a partir das questões (1) Conte-me a sua história com a violência de gênero; e (2) Como você recorda acerca da sua criação?

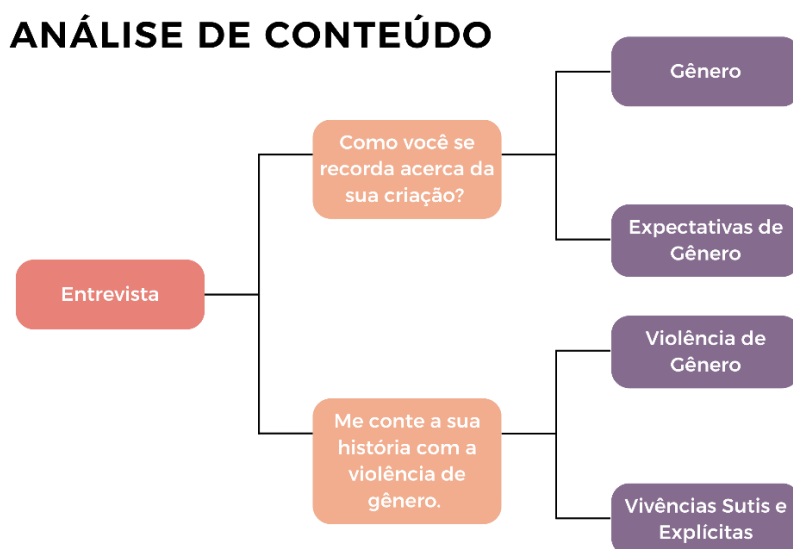
### **3.4 Procedimentos de Análise**

Para a análise de dados fez-se uso do conceito de Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), cuja metodologia tem como objetivo descrever e interpretar dados quantitativos e qualitativos. Essa metodologia destaca-se em pesquisas sociais qualitativas por tratar-se de uma abordagem de leitura e interpretação dos dados que pode viabilizar uma nova forma de compreender fenômenos sociais invisibilizados (Ispizúa & Olabuenaga, 1989).

A literatura aponta que a metodologia adotada tende a seguir diferentes etapas, portanto, optamos por nos orientar a partir das descrições de Moraes (1999). O autor sugere que a Análise de Conteúdo siga os seguintes passos: a) preparo de informações; b) unitarização; c) categorização; d) descrição; e e) interpretação. Sendo assim, os relatos foram cuidadosamente preparados e as entrevistas foram transcritas na íntegra, totalizando cerca de 80 páginas, considerando que as entrevistas duraram, em média, 45 min. Após leitura sucessiva e rigorosa das entrevistas, ocorreu a separação por unidade e categorização para interpretação. Tal unitatização/categorização ocorreu na medida em que os relatos das participantes se assemelhavam, gerando duas unidades de análise, a saber: 1) “*Gênero: Um Marcador Social*” – com três seções; e 2) “*Memórias Marcadas: A Violência de Gênero no Cotidiano de Mulheres*” – com quatro seções. Na figura 1 é possível observar as unidades de análise e seus respectivos tópicos, assim como uma breve descrição do conteúdo a ser abordado nas análises.

### Figura 1

*Fluxograma Análise de Conteúdo*



#### **4 GÊNERO: UM MARCADOR SOCIAL**

---

“Não se nasce mulher: torna-se mulher.”

Simone de Beauvoir

Oliveira (2020) aponta que um dos períodos mais esperados para as gestantes é a descoberta do sexo do feto. Familiares, amigas(os) e companheiras(os) também anseiam por esse momento, a dúvida permeia todos, “é menino ou menina?”. A gestação é marcada por palpites e simpatias, desde comparar o formato da barriga<sup>5</sup>, teste da agulha<sup>6</sup> até o teste da colher e do garfo<sup>7</sup>. Uma vez que o sexo é descoberto tem início o processo de humanização em que o feto passa a ter identidade e, assim, as construções sociais de gênero vão se estabelecendo.

Gênero é um conjunto de variadas formas de ser no mundo socialmente imposto a um corpo sexuado, sendo um determinante na construção de identidades de mulheres e homens (Scott et al., 1995; Connel, 2009). Cotidianamente, desde a infância, mulheres e homens são construídos mediante processos históricos, sociais e culturais, manifestados em discursos e práticas de gênero, de forma explícita ou velada.

Ao sexo feminino é designado um mundo cor-de-rosa com bonecas e brincadeiras de casinha. Ao sexo masculino há o universo azul com heróis e brincadeiras de aventura (Butler, 1993/2011). No mundo cor-de-rosa as meninas que um dia se tornarão mulheres são induzidas e ensinadas a serem delicadas, dóceis, sensíveis, compreensivas, etc. As brincadeiras ditas femininas incluem: bonecas; eletrodomésticos de brinquedo; acessórios de roupa; lousas, em suma, atividades que remetem ao lar e a educar. A responsabilidade e o

---

<sup>5</sup> De acordo com a crença popular, se a barriga for mais pontuda (parecida com um melão) indica que é menino; se for mais redonda (parecida com uma melancia) indica que é menina.

<sup>6</sup> O teste da agulha consiste em usar uma agulha com linha sobre a barriga da grávida e observar o seu movimento para descobrir se é menino ou menina. A gestante deve deitar-se de barriga para cima e segurar a linha deixando a agulha aliviada sobre a barriga como se fosse um pêndulo, sem fazer movimento algum. Se a agulha estiver parada ou mover-se em vai e vem indica um menino; caso a agulha gire em círculos significa que é uma menina.

<sup>7</sup> Deve-se esconder separadamente um garfo e uma colher embaixo de almofadas. A gestante deve escolher sobre qual almofada sentar-se. A colher indica a gestação de uma menina e o garfo, de um menino.

cuidado também fazem parte das características importantes de uma menina tendo em vista que desde a infância elas são treinadas para o que devem tornar-se: esposas e mães.

Butler (1990/2018) aponta que o ser feminino e masculino está em um processo constante, considerando que a perspectiva de gênero impõe a mulheres e homens formas de como: pensar, sentir, falar, agir, vestir, onde trabalhar, assim como relacionar-se, entre outros. Para Scott et al. (1995), o gênero é alicerçado nas relações sociais, idealizando e estabelecendo quais seriam os papéis adequados às mulheres e aos homens e como tais relações devem desenvolver-se. O meio social no qual mulheres e homens estão inseridos impacta diretamente a construção e conservação das expectativas de gênero, assim, a família, a escola, o Estado e a mídia são grandes responsáveis pela perpetuação dos papéis de gênero (Oliveira, 2007).

Ao considerarmos a família como base de um sistema de construções e significados, influenciando saberes e valores culturais, naturalizando os papéis de gênero e cultivando expectativas acerca deles, torna-se fundamental compreender como ocorre o processo de criação de meninas e, principalmente, a atuação da família nessa construção. A literatura (Rego, 2003; Oliveira, 2007) aponta a criança como uma versão menor da(o) adulta(o), uma vez que as(os) responsáveis tendem a educar suas(seus) filhas(os), netas(os), sobrinhas(os), etc. de acordo com suas crenças e valores. As crianças tenderão a existir e viver atravessadas pelas crenças e pelos valores que lhes foram transmitidos, tendo como base formativa as pessoas que compõem os ambientes sociais aos quais pertencem.

Logo, as participantes deste estudo foram convidadas a contar suas histórias de vida de forma a abranger seu desenvolvimento durante a infância, possibilitando compreender a construção de seu processo de socialização. Das cinco participantes, três cresceram com os genitores, mãe e pai, e duas cresceram com pelo menos um dos genitores, a mãe, sendo que uma delas vivenciou determinado período tendo a avó como responsável. Além disso, três das

cinco participantes destacaram a presença de outros familiares no decorrer da construção de suas identidades.

As participantes, ao aceitarem o convite para contar a história do seu crescimento e de como se recordavam dela, elencaram características notórias que se relacionam diretamente com as expectativas de gênero. Dentre elas, destaca-se: estereótipos estéticos, comportamentais e sexuais.

#### 4.1 “Tornar-se Mulher”: Expectativas de Gênero

##### 4.1.1 *Expectativas Estéticas*

No que se refere às expectativas estéticas, três participantes (P1, P2, P5) descrevem:

**P1:** Em relação ao gênero, **sempre foi um problema**, acho que, principalmente, por causa da minha mãe. Minha mãe cresceu em uma família muito conservadora e o papel da mulher era muito bem estabelecido, né? [sic] Ela foi criada no interior e, não só o **papel**, mas a **roupa** também era muito importante. O **comportamento** da mulher também era fundamental e devia ser **seguido à risca dentro daquilo que era esperado**. (comunicação pessoal, 16 de jul. de 2023, grifo nosso)

**P2:** Sempre ouvi meus pais me criticarem o tempo inteiro por eu não performar **essa feminilidade**. Para eles, uma mulher deveria... ah... usar roupas certas, ter o cabelo certo, fazer até cursos certos e se comportar de maneira adequada. Eu ouvia “**Você tem que ter um cabelo liso**”. Minha mãe sempre dizia que meu cabelo enrolado era "supervolumoso" e parecia "**Bombril**". Ela falava: "Você não pode deixar seu cabelo assim porque **uma mulher** tem que ter o cabelo baixo, tem que ter o cabelo longo, tem que cuidar das unhas, **tem que cuidar...**" (comunicação pessoal, 20 de jul. de



2023, grifo nosso)

**P5:** Eu fui filha única de pai e mãe até os 12 anos. Digo "de pai e mãe" porque eles se separaram quando eu tinha 8 anos e ambos casaram novamente e tiveram outros filhos. Mas, por muito tempo, inclusive, eu fui a única filha menina e a primeira neta da mãe do meu pai, que também era o primeiro filho. **Minha mãe tinha muita expectativa em relação à feminilidade e ao que a criança deveria ser.** Sendo a primeira filha dela, ela queria muito que meu cabelo fosse comprido. Enfim, **já havia toda essa discussão.** Eu lembro disso, sabe? Lembro de alguns recortes de apontamentos por parte da minha mãe e da família dela sobre uma **perspectiva dita feminina**, que davam importância a isso de uma outra forma. Eu era uma criança, né? [sic] Queria fazer coisas de criança e tudo mais. (comunicação pessoal, 16 de jul. de 2023, grifo nosso)

Os depoimentos das participantes chamam a atenção ao destacar as expectativas de como dá-se o desenvolvimento de meninas e mulheres no campo social. O relato de P2 (comunicação pessoal, 20 de jul. de 2023) “tipo pra mulher eles queriam... ah... que usasse roupas certas né, [sic] o cabelo certo, fizesse até curso certo, se comportasse certo” sugere a existência de características estéticas para meninas e mulheres, haja vista o padrão histórico-social construído a respeito de como uma menina ou mulher deve ser representada.

Utilizaremos o termo “representar”, uma vez que seu significado refere-se a “ser uma imagem” e os relatos remetem justamente à expectativa e à importância de uma imagem tida como feminina.

Os relatos apontam como as histórias das participantes foram atravessadas pelas expectativas de gênero, elas contam: “em relação ao gênero sempre foi um problema” (P1, comunicação pessoal, 16 de jul. de 2023); “sempre ouvi meus pais me criticarem o tempo inteiro por eu não performar essa feminilidade” (P2, comunicação pessoal, 20 de jul. de 2023); “minha mãe tinha muita expectativa em relação à feminilidade e ao que a criança

deveria ser” (P5, comunicação pessoal, 16 de jul. de 2023). A descrição das participantes conduz à reflexão sobre como as construções sociais (e.g., expectativas de gênero) são transmitidas geracionalmente, uma vez que, quando crianças, as participantes não entendiam o que era apresentado. Aqui, nota-se o que a literatura consultada indica: as instituições sociais (e.g., família, escola, igreja, mídia, Estado) possuem vasta influência sobre os membros da sociedade e a maneira como se formam, pois ao considerarem a criança como uma versão menor de um adulto, a infância tenderá a ser vivenciada conforme aquilo que lhes for ensinado pelos sujeitos à sua volta (Rego, 2003; Oliveira, 2007). Nesse caso, tais meninas estão aprendendo o que seria apresentar-se como “mulher(es)”.

O relato de P2 “tipo, para mulher, eles queriam... ah... que usasse roupas certas, né, [*sic*] o cabelo certo, fizesse até curso certo, se comportasse certo”, sugere a existência de características estéticas para meninas e mulheres, haja vista o padrão histórico-social construído a respeito de como uma menina ou mulher deve se parecer. Bourdieu (1998/2017) cita que a feminilidade produz-se em padrões estéticos que tocam na conformação dos corpos para além da vestimenta incluindo padrões de beleza para cabelos, unhas, sobrancelhas, cílios, pelos, pele e tudo aquilo que pode-se tolerar de interferências cosméticas. Assim, percebe-se a importância de uma imagem tida como feminina por meninas e mulheres.

Tratando-se dessa participante, um ponto destaca-se em suas falas: seu cabelo. Ela também revela que era cobrada para “ter um cabelo liso” e que, para sua mãe, seu cabelo enrolado era “supervolumoso” e parecia “Bombril”. Isso remete às leituras de Davis (1981/2016) e Hooks (1999/2000), que afirmam que mulheres negras não são oprimidas somente pelo seu gênero, mas também pela sua raça. Cotidianamente, a estética da mulher negra não corresponde ao padrão estético imposto às mulheres; tal padrão corresponde ao que é normalmente visto em mulheres brancas, baseado em uma cultura eurocêntrica. Davis e Hooks convidam a refletir acerca da interseccionalidade de gênero e raça, assim como outras

(classe, etc.), uma vez que não é possível voltar o olhar para as vivências de mulheres somente com relação ao gênero, pois existem outros marcadores que impactam suas vivências (e.g., raça, classe, orientação, etc.). Para construir um movimento emancipatório para as mulheres faz-se necessário uma visão holística das estruturas sociais às quais estão inseridas.

#### **4.1.2 Expectativas Comportamentais**

P1 (comunicação pessoal, 16 de jul. de 2023) e P5 (comunicação pessoal, 14 de ago. de 2023) contam que, para além de uma expectativa estética, também manifesta-se uma estética comportamental:

**P1:** Eu gostava de futebol, jogava handebol e nunca gostei de sentar de perna cruzada.

Eu não parava quieta na cadeira e estava sempre brincando com os meus primos: jogando bola, correndo, enfim... coisas de criança na minha cabeça. E isso, para a minha mãe, não era nada aceitável.

**P5:** Eu sempre gostei muito, por exemplo, de brincar com brinquedos que eram considerados de menino porque eram muito mais divertidos e ainda hoje são, né? [sic] Eu tinha lá as Barbies, mas também tinha os brinquedos de menino, como os bonequinhos. Lembro que tinha um conjunto de brinquedos do Michael Jordan que incluía o Pernalonga, não sei o quê. Eu adorava brincar de bola, na piscina e jogar bola na piscina, né? [sic] Era isso, era mais divertido, mais lúdico, né? [sic] Brincava de boneca? Brincava de boneca, mas não tanto quanto essas outras coisas, sabe?

Os trechos apresentados remetem a Bichara (2001). A autora aponta que a naturalização dos estereótipos de gênero influencia as escolhas dos sujeitos considerando que meninas são direcionadas a brincar com temáticas compreendidas como “femininas”, assim como a dar preferência a grupos de meninas ao estudar, conversar, brincar, etc. A descrição de

P1 e P5 apresentam uma aparente contradição em relação à feminilidade em virtude da manifestação de seus gostos e vontades direcionarem-se a brincadeiras, esportes e companhias ditas como de cunho masculino. “Aparente” porque contrariam as expectativas daquele horizonte social em que cresciam, como vê-se nos relatos anteriores sobre as expectativas de seus familiares.

P1 expõe que tais características impactavam diretamente a “aceitação” de sua genitora sobre suas escolhas, isto é, não havia “aceitação” quando os estereótipos de gênero não eram “respeitados”. Ela acrescenta:

Se eu estava falando palavrão, diziam: “Uma menina não fala palavrão”; se eu estava correndo brincando de futebol, diziam: “Uma menina não joga futebol”; se eu brigava porque alguém brigava comigo, diziam: “Uma menina não pode rebater”. Acho que sempre era o oposto do que eu estava fazendo. Nunca me deram uma cartilha do tipo: “Olha, uma mulher é isso”, mas **sempre que eu fazia algo que incomodava me diziam que eu devia [sic] estar fazendo o contrário.** (comunicação pessoal, 16 de jul. 2023, grifo nosso)

A declaração “se eu estava falando palavrão, ‘uma menina não fala palavrão’; se eu estava correndo brincando de futebol, ‘uma menina não joga futebol’” manifesta como meninas não devem comportar-se, sugerido pela asserção “uma menina não...”, promovendo o ensino de modelos do que é feminino. Além disso, expressa que os estereótipos são implícitos e explícitos, considerando que a única justificativa acerca do que ela não podia fazer era “uma menina não pode...”. Tal comportamento revalida o gênero como um construto sociocultural atuando como regulador, sendo aprendido e condensado de geração em geração. Xavier (2000) aponta que o comportamento social anuncia ao meio se a pessoa é homem ou mulher, sendo que a feminilidade detém características de autorregulação e bom comportamento, exigindo de meninas e mulheres discrição, modéstia, honestidade, prudência,

amabilidade, etc. (Novaes & Vilhena, 2003).

Beraldo (2014) descreve a feminilidade como um conceito idealizado da imagem de meninas e mulheres em uma cultura dominada por homens adequando meninas e mulheres a um molde inquestionável, construindo padrões estéticos, comportamentais, sexuais e outros. Nesse sentido, P1 e P5 contam que a família e os colegas da escola as viam como “masculinas” ou como “meninas”. Nas palavras das participantes:

**P1:** A minha mãe falava: “Ah, essa menina parece um guri, e ela vai ficar parecendo um guri desse jeito porque chuta bola e faz coisas de menino.” Eu era vista como masculina porque sempre fui quieta e calada, não sou de socializar. Mas se alguém viesse brigar comigo ou se algo me incomodasse, eu era bastante agressiva. Então, quando eu era agressiva, era sempre algo do tipo: “**Nossa, por que você está tendo esse comportamento? Nem parece que você é uma menina**”; “**Você tem que se comportar melhor, onde já se viu brigar, onde já se viu xingar?**” Eu sempre falei muito palavrão e a minha mãe ficava extremamente irritada com isso. Não só ela, mas outras pessoas também... na escola, na família, etc. Esse quesito de ser interpretada como masculina surgia quando eu me impunha ou quando me colocava na defensiva. (comunicação pessoal, 16 de jul. de 2023, grifo nosso)

**P5:** E aí tinha alguns comentários: “**Ah, então essa menina parece sapatão**”, “Essa menina se veste como um menino”, “Essa menina brinca como um menino”, “Essa menina não sei o quê.” E eu nem sabia o que era isso, né? [sic] Mas já havia esse tipo de comentário e exigência por parte da família da minha mãe. Minha avó falava: “Não, para com isso, não sei o quê”. Eu lembro que citavam ela assim, né?” [sic] Porque ela usa cabelo curto, né? Ela fica achando que, tipo assim, é isso, né? [sic] Então, teve tudo isso: essas coisas de menina e coisas de menino. (comunicação pessoal, 14 de ago. de 2023, grifo nosso)

Como dito por P5, “essas coisas de menina e coisas de menino” estiveram presentes ao longo da vida das participantes, uma vez que era esperado delas outros tipos de comportamento e, quando eles não ocorriam, as participantes eram tomadas como masculinas. P1 adiciona:

Além da minha mãe havia um tio que fazia piada quando eu era mais nova. Tinha uma modelo chamada Roberta Close<sup>8</sup>, que acho que foi a primeira modelo travesti conhecida, muito feminina e bonita. Não que ser não feminina não seja bonito... E aí meu tio ficava me chamando de '**P1 Close**', sabe? **Tipo, ele dizia que eu era uma “menina-homem”**. Na escola também ouvi comentários como: **“Ah, porque ela é sapatão, macho-fêmea”** e coisas do gênero. As pessoas percebiam que eu não performava o padrão de feminilidade e se incomodavam com isso falando essas coisas, sabe? Então, acho que é isso. **Nesse quesito de gênero, sempre foi muito marcado para mim entender que existe o esperado e que eu não ocupo o lugar desse esperado.** (comunicação pessoal, 16 de jul. de 2023, grifo nosso)

Sendo assim, nota-se que as participantes, ao não ocuparem um “lugar esperado”, evidenciam a feminilidade como algo socialmente imposto e que, quando não atendido, corresponde a um demérito.

Em direção similar, P5 nos diz:

Comentavam essas coisas. E não, na verdade, eu era uma criança. Estava de short e camiseta porque ia ao parquinho brincar na areia, sabe? Eu era uma criança e não estava pensando se era menino ou menina; isso não era uma questão para mim. Entrava muito nesse lugar do que estava acontecendo porque as pessoas comentavam isso. Eu não via problema nenhum [sic] nisso e será que isso é ruim? Porque, até então, sei lá, ser apontada como “ah, isso é coisa de menino” – não me parecia algo ruim, sabe? Mas

---

<sup>8</sup> Roberta Close, modelo transexual, foi símbolo sexual nas décadas de 1980 e 1990. Roberta foi a primeira transexual a posar para a edição brasileira da revista *Playboy*.

ficava aquela dúvida: por que as pessoas estão falando nesse tom? Ou por que estão se referindo a isso dessa forma? Por que essa frase está associada a essa emoção? Eu acho que era uma dúvida mesmo, enquanto criança. E depois de tanto, sei lá, se repetir, já mais velha eu consegui entender que **era pejorativo, que não correspondia à expectativa, né?** [*sic*] Era isso. (comunicação pessoal, 14 de ago. 2023, grifo nosso)

O conjunto de trechos apresentados anteriormente e, particularmente, o último de P5, remete à ideia de que tanto a feminilidade quanto a masculinidade se estabelecem como percepções que relacionam-se com os papéis de gênero reforçando os estereótipos do que é ser menina/mulher e menino/homem (Amorim, 1997; Amâncio, 1993). Ao considerar a imposição da forma como as meninas devem pensar, falar, agir, vestir, etc., nota-se o gênero como um marcador tendo em vista que a aprendizagem dos papéis de gênero ocorre desde a infância e relaciona-se diretamente a um contexto sociocultural, e que as oposições a esses papéis geram discriminação, preconceito e violência (Alizade, 2008). Entende-se por “imposição”, a partir do diálogo da literatura com os relatos das entrevistas, o fato de que seu convívio social demandava, direta e indiretamente, padrões de funcionamento que deveriam ser atendidos (Butler, 1993/2011). Portanto, era esperado que as participantes ocupassem o lugar definido como feminino. Dessa forma, P4 também relata as expectativas comportamentais interpretadas como femininas que vivenciou:

Acho que tem algo importante para te contar. Nesse meio tempo, eu tive minha irmã mais nova. Na adolescência, minha mãe estava trabalhando muito e meus pais se separaram. **Acabei tendo que amadurecer muito rápido e assumir o papel de mãe da minha irmã durante esse período.** A função de educar estava ali também e eu não tinha capacidade nenhuma [*sic*]. Então, eu gritava com ela e já bati nela. Isso foi muito difícil porque sinto que errei muito com ela mas, claro, eu tinha apenas 14 anos. Não

era para eu estar nessa posição, né? [sic] Mas minha mãe também colocava essa expectativa em mim, de que eu tinha que ajudá-la. Isso era algo que ela manifestava verbalmente, que eu tinha que ajudar a cuidar da minha irmã e que eu era amiga dela. Ela quase tornava a minha figura a paterna da casa. Eu tinha que ser adulta na cabeça dela, mas eu não era, né? [sic] Eu não era. Então, acho que isso acabou atrapalhando esse período de “ah, eu só sou adolescente, estou de boa”, sabe? Eu tinha muitas responsabilidades como ter que estar em casa à noite, porque minha mãe dava aula, e cuidar da minha irmã. Eram muitas exigências de adulta para alguém muito nova. (comunicação pessoal, 10 de ago. de 2023, grifo nosso)

A participante afirma que sua responsável tinha expectativas comportamentais a seu respeito, dentre as quais que ela exercesse um papel de cuidado em relação à sua irmã mais nova. Guedes e Daros (2009) atestam que as funções decorrentes do cuidar normalmente são atribuídas às mulheres devido a um senso moral de valores entendidos como exclusivos e constitutivamente femininos. Da mesma forma, Badinter (1985) declara a crença social que as mulheres possuem a capacidade de cuidar e educar moralmente tendo em vista os estereótipos relativos à sua disposição para a maternidade.

Paralelamente, P3 também expressa vivências de expectativas comportamentais consideradas como papel da mulher, atravessadas pelas construções das expectativas de gênero.

Apesar de ter tido uma criação muito boa, né? [sic] Enfim, nunca me faltou nada, sempre tive tudo. Mas eu sempre tive um pai muito instável, emocionalmente e em relação à personalidade. Então, **eu cresci com um pai que sempre explodia e gritava muito, descontando verbalmente na gente, assim, de gritar mesmo**. Ele tinha uma personalidade muito impulsiva e você nunca sabe que humor a pessoa vai estar, sabe? **Eu sempre me senti muito acuada, sempre falei baixo, nunca fiz tanto**



**barulho, tipo, [sic] sabe? Sempre tentei me conter para evitar essas brigas, esses conflitos, essas discussões que podiam acontecer por qualquer coisa, assim.** Nunca dá para saber o humor que ele está, sabe? (comunicação pessoal, 4 de ago. de 2023, grifo nosso)

A mesma participante descreve, ainda, como era a relação com sua mãe e detalha que as “explosões” de seu pai aconteciam com frequência:

A minha mãe sempre foi meio que o oposto do meu pai, né? [sic] Ela sempre foi muito mais tranquila, acolhedora e amável. Durante a minha infância e adolescência idealizei muito a figura da minha mãe e sempre fui grata a tudo que ela fez colocando-a em um aspecto meio oposto ao meu pai, sabe? Tipo, demonizando meu pai e tratando minha mãe como se ela fosse uma santidade. Mas, mais recentemente, de um ano para cá, comecei a perceber que não é bem assim, né? [sic] Muitas coisas que ela fez me deixam sentida. Fiquei triste por ter permanecido em uma relação com meu pai todo esse tempo vendo-a sendo maltratada, meu pai gritando com ela e isso me fazia sentir muito mal. Lembro que, quando era criança, pedia várias vezes para ela se separar do meu pai e sinto que **ela não me protegeu o suficiente, eu [sic] e meu irmão**, sabe? (comunicação pessoal, 4 de ago. de 2023, grifo nosso)

P3 acreditava que a mãe não se posicionava em relação ao comportamento agressivo do pai e não se sentia protegida quanto a isso. Connell et al. (1982) definem o “homem ideal” como aquele que exerce dominação sobre as mulheres vinculado intimamente ao patriarcado, que caracteriza um homem viril. Autores afirmam que o sistema familiar ditará a maneira com que os membros da família interagem ressaltando a existência de um conjunto invisível de obrigações organizado por aspectos pessoais e universais como as relações de gênero, que constroem a hierarquia familiar (Minuchin et al., 1990; Cesar, 2019).

Nesse sentido, percebe-se que as estruturas sociais e os padrões de poder foram

transmitidos geracionalmente. A mesma participante conta ter sido ensinada a submeter-se ao comportamento de seu responsável:

Isso sempre foi algo muito presente porque a minha mãe nunca diz “não”. Para ela, ela faz tudo. Minha mãe nunca se impõe; até hoje isso é uma coisa muito presente na minha casa. Ela acha isso normal. Para preservar a relação, para não criar conflito e para não se desgastar, ela não se impõe. **E ela acredita que, quando eu me imponho, isso é ruim.** É ruim porque “estou criando conflito”, “é ruim porque meu pai está cansado”, “é ruim, sabe, quando eu me imponho”. Tipo assim, sempre, sempre. Todo mundo tinha que ceder em prol dele. E, às vezes, eu não queria. Comecei a entender que não preciso sempre, sabe? E daí minha mãe dizia: “Não, você precisa, por quê? Por causa disso e disso... E a gente tem que entender que as pessoas têm lados positivos e negativos.” Ela estava, sabe, fazendo um... só para eu ceder. Porque meu pai pode se impor, mas eu não posso. E foi assim durante toda a minha vida. Eu tive que estar em outros lugares, com outras pessoas, para entender que é normal uma mulher se impor. É normal eu falar o que gosto e o que não gosto. Entende? (comunicação pessoal, 4 de ago. de 2023, grifo nosso)

Os relatos da participante sugerem relações assimétricas no contexto familiar (Cesar, 2019) construindo, por meio de repetições, a regulação do comportamento do sujeito — mãe e filha — e, a partir disso, sucede-se o estabelecimento de um padrão "submisso". Os trechos apresentados vão ao encontro daquilo que Pedro (2007) aponta acerca das relações familiares autoritárias: não há espaço para questionamentos ou exposição de vontades contrárias àquelas que são exigidas. Ou seja, assim como sua genitora, P3 era tolhida de estabelecer qualquer tipo de diálogo. Pode-se hipotetizar que tal cenário passa a modelar um padrão considerado tipicamente feminino, qual seja: ser quieta e “não dar trabalho”, apresentando-se submissa ao homem da relação.

P3 conta que no decorrer do seu desenvolvimento a relação com seu pai piora:

Piorava à medida que eu fui adquirindo a minha personalidade, né? [sic] Meus jeitos de ser no mundo e tal. Meu pai queria muito que tudo fosse do jeito dele. Queria que eu fosse como ele pensava que eu gostaria de ser, assim, do jeito que ele desejava. E eu não segui esse caminho, que eu nem sabia qual era o caminho que ele queria. Mas fui sendo eu. Isso não combinou muito com o que ele desejava. Então, começamos a ter mais embates por causa disso. Minha personalidade começou a ser um pouco mais impositiva, assim. Comecei a me impor mais, quando comecei a saber o que eu queria e o que não queria. Assim, começamos a bater de frente com mais frequência. E eu não aguentava. Porque comecei a ver tudo que estava acontecendo: o jeito que ele era comigo e com minha mãe. Isso me entristecia muito e parecia que nada do que eu fazia nunca [sic] estava certo. (comunicação pessoal, 4 de ago. de 2023)

O relato sinaliza que, como homem e, aparentemente, "chefe de família", o genitor da participante manifestava seus gostos e vontades e desejava que eles fossem acatados. Ao contrário disso, ele se tornava agressivo e explosivo. P2 também descreve que o absentismo a uma feminilidade padrão resultava em discussões entre ela e os pais:

Isso sempre foi a maior pauta em casa, né? [sic] Porque eu sempre bati de frente, nunca fiquei quieta esperando eles amenizarem... Eu sempre falei o que eu queria, o que eu não queria, o que eu gostava, o que não gostava, o que eu ia fazer, o que eu não ia... muita gente até acha isso errado, né? [sic] Porque eu era criança... eu deveria respeitá-los já que moro sob o mesmo teto que eles, mas sempre bati de frente, sempre bati.

**Era uma briga constante entre a gente.** (comunicação pessoal, 20 de jul. de 2023, grifo nosso)

Ambas vivenciavam as reações do mundo à sua volta em relação a uma quebra das expectativas sociais por vezes sem o apoio de algum adulto. Isso posto, é importante

compreender que, desde a infância, espera-se a submissão das mulheres. P2 expõe que as discussões não eram as únicas consequências das imposições e que, após elas, "**existia o silêncio, né?** [*sic*] **Assim, tipo, eles nunca fizeram nada físico e tal... mas havia aquela famosa greve de silêncio**" (comunicação pessoal, 20 de jul. de 2023, grifo nosso). Foucault (1975, *apud* Vilela, 2010) especifica que o silêncio atravessa tanto a intenção de vigilância quanto de punição em relações hierárquicas reforçando que as relações equivalem a um meio de aprendizagem no qual o silêncio é marcado como uma forma de punição. Ao considerar essa perspectiva, as discussões, as "greves de silêncio", as "piadas", os "apelidos", etc., podem ser entendidos como formas de repreensão social nas quais, desde a infância, comportamentos considerados inadequados são punidos. Ou seja, comportamentos avaliados como "bons" geram respostas positivas ou a ausência de punição, enquanto comportamentos não aceitos socialmente geram diferentes punições, a depender do ambiente e do perpetrador.

#### ***4.1.3 Expectativas de Orientação Sexual***

Com relação às expectativas de orientação sexual, P5 conta:

Na adolescência, eu passei a me reconhecer como uma mulher lésbica ou como uma menina — uma menina na época, né? [*sic*] Era uma adolescente apaixonada por uma menina, apaixonada por uma amiga, né? [*sic*] Um sofrimento danado. Bom, eu estava na adolescência, eu estava com uns 13 anos, e tinha ali umas meninas na escola que eram ditas como lésbicas, beijavam meninas, assim, sabe? E eu lembro que eu já admirava, assim, falava "nossa, que legal aquela menina, olha como ela é estilosa", "nossa, que legal". Então era isso, chamava atenção, gostava de ficar olhando, assim, né? [*sic*] Passado algum tempo, eu lembro que uma amiga beijou uma menina e eu falei "nossa, eu acho que eu quero provar isso aí", "vamos ver como é que é isso" e tal.

Conheci uma menina aleatória e tal, "ah, vamos nos beijar? vamos", e aí nos beijamos, *ok*. Não senti muita coisa, assim, eu recém tinha, sei lá, beijado na boca de uns meninos, assim, sabe? Na verdade, recém não, tinha já beijado a boca de meninos e aí beijei essa menina e, assim, não foi exatamente um... um apaixonamento, mas achei muito legal, na verdade rolava todo esse frisson, assim, né? [*sic*] De "caraca, vou beijar uma menina". (comunicação pessoal, 14 de ago. de 2023)

A participante descreve que, no início da adolescência, passou a reconhecer-se como uma menina lésbica contando como deu-se o início de seus relacionamentos afetivo-sexuais com outras meninas e seu processo de entendimento acerca da sua orientação sexual. É importante lembrar que, de acordo com as construções sociais, há regra implícita e explícita de heteronormatividade, ou seja, espera-se que uma mulher relacione-se de forma afetivo-sexual com homens. Relacionamentos não heteronormativos são entendidos como desviantes (Nascimento, 2009; Petry & Meyer, 2011). P5 prossegue:

Passado isso, lembro que comecei a me interessar mais por coisas relacionadas a meninas que beijam meninas. Então, a primeira coisa que eu via na mídia, eu adorava, parava para ver, ler ou ouvir. E lembro que, na minha época, tinha, sei lá, novelas que estavam começando a ter algum tipo de discussão nesse sentido. Em alguns canais passava alguma coisa com casais hetero e homoafetivos e filmes. Daí, comecei a ir a uma locadora e ficava olhando, assim, sabe? Eu lembro que comecei a me interessar e a me aproximar mais.

Mas aí, passado esse tempo, havia uma menina de quem me aproximei muito, muito próxima, muito amiga, de passar horas conversando, se divertindo e falando. Um belo dia, eu falei para ela: "Olha, eu preciso te contar uma coisa." Ela respondeu: "Tá bom." Então, começamos a conversar e eu contei: "Olha, eu acho que gosto de meninas também." E ela disse: "Nossa, eu também, não sei o quê." E aí, conversa vai, conversa

vem, a gente ficou.

Depois que nos beijamos queríamos nos beijar todo dia, sabe? Aí nos encontrávamos, conversávamos e queríamos beijar na boca. Enfim, num primeiro momento, era muito gostoso, mas era como se viesse um anúncio de: **“Meu Deus, o que está acontecendo?”**, **“Isso aqui não vai dar para continuar dessa forma, algo está errado.”** Mas, ao mesmo tempo, era muito maravilhoso porque eu estava apaixonada. (comunicação pessoal, 14 de ago. de 2023, grifo nosso)

A entrevistada narra que, após beijar uma menina pela primeira vez, passou a interessar-se mais por histórias de meninas que relacionavam-se com meninas. Em certo momento, compartilhou como sentia-se, expressando: “eu acho que gosto de meninas também” a uma amiga de confiança, que identificou-se e, após tantas trocas, ambas começaram a relacionar-se. Em seguida, a participante conta como sentia que “algo estava errado” descrevendo até algum receio ao perguntar-se: “o que está acontecendo?” Ao revelar suas inseguranças a participante demonstra como o que ela achava “muito gostoso” (e.g., se relacionar com meninas) poderia desencadear certo estranhamento, sendo o que ocorre quando vive-se em uma sociedade que constrói para ser e estar dentro de uma expectativa heteronormativa.

A sociedade construiu-se tendo como base o conservadorismo e os bons costumes, fazendo com que tudo o que esteja fora da norma seja visto como aberração ou anomalia (Zanello, 2020). O ideal heteronormativo ajuda a compreender a reação da participante ao pensar que algo poderia estar errado, remetendo à homofobia internalizada, uma vez que o distanciamento dos valores impostos socialmente tende a ser um processo difícil e doloroso. Dessa maneira, destaca-se na descrição de P5 certo estranhamento acerca da sua sexualidade, como afirmado por Lionço e Diniz (2008), citando a heteronormatividade ou heterossexualidade compulsória como uma norma padrão, como parâmetro de qualquer

expressão de sexualidade. Ou seja, há uma regra implícita e explícita de que mulheres devem relacionar-se de forma afetivo-sexual somente com homens, assim como homens devem relacionar-se exclusivamente com mulheres. Esse ideal descrito pelos autores contribui para compreender a reação da participante ao pensar que algo estava errado, já que distinguir-se dos valores e expectativas impostos socialmente tende a ser um processo árduo e pungente.

P5 recorda da reação da sua família ao saber do seu relacionamento homoafetivo:

A gente passava muito tempo falando no telefone também, à tarde. Então, eu ia para a escola de manhã e, à tarde, ficava em casa. Minha mãe ia trabalhar e eu ficava lá no telefone. Um belo dia, escrevi nossos nomes na mão e pinteí o sofá de casa. E a minha mãe, imagina... eu fui, desliguei e limpei com tudo que eu podia: acetona, Veja e pensei: “Ah, minha mãe não vai ver” porque realmente ficou bem fraco. Mas ela viu e percebeu que estava escrito meu nome e o da moça, né? [sic] E aí **ela ficou muito enfurecida** assim, sabe? Porque ela já vinha percebendo uma euforia, provavelmente uma aproximação muito intensa. Eu estava sempre na casa dela e qualquer coisa que eu ia fazer, fazia com ela.

Então, minha mãe ficou muito irritada e veio me perguntar o que estava acontecendo, que história era aquela e tudo mais. Eu falei: “Olha, mãe, eu tô apaixonada.” Ela me perguntou: “Mas como assim? Você gosta de meninas, você gosta de meninos? **O que você é?**” E eu respondi: “Mãe, eu não sei.” Assim, eu não sabia. E aí, lembro que, na época, ela disse: “**Não, isso é muito problemático porque ou você é uma coisa ou você é a outra. Como assim você não sabe? Isso é patológico.**” E eu pensando: “Meu Deus, e agora, né? [sic] Como é que eu vou me definir aqui? Dizer que gosto de meninos e vai que eu quero ficar com meninas depois?” Sabe, olha a minha preocupação na época. (comunicação pessoal, 14 de ago. de 2023, grifo nosso)

Percebe-se que, a partir dos trechos da entrevista, ao partilhar com sua mãe que estava

apaixonada por uma menina, P5 foi questionada com a frase "o que você é?" e ouviu sua mãe afirmar que "isso é problemático" e "isso é patológico", remetendo à leitura de Foucault (1984) sobre a sexualidade. De acordo com o autor, desde o século XVIII ocorre a reprodução de discursos, saberes e práticas sobre o sexo e a sexualidade influenciando a população. Na primeira metade do século XX, relacionamentos homoafetivos eram considerados pela psiquiatria como uma patologia, ou seja, uma doença. Tendo em vista o modelo heterossexual que constitui uma família típica, formada por mãe e pai com filhas(os) e animais domésticos, é comum que essa família seja cristã e propague a moral e os bons costumes. Também é comum que os genitores dessa família cerquem-se de relações que assemelhem-se aos seus valores e crenças tendo como base uma cultura heteronormativa, binária, machista, patriarcal, cisnormativa e conservadora (Camurça et al., 2008).

Ainda que, na primeira metade do século XX, relacionamentos homoafetivos fossem considerados uma patologia, no ano de 1973, o *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM), da Associação Americana de Psiquiatria (APA), passou a reconhecer a homossexualidade não mais como uma patologia, mas como uma orientação sexual — ou seja, atração sexual entre pessoas do mesmo sexo. Apesar disso, Melo (2020) destaca que as experiências compartilhadas por pessoas em relacionamentos homoafetivos, no que tange às relações familiares, ainda são citadas como situações conflituosas e discriminatórias. A seguir, P5 relata:

Eu saí de férias no final do ano e minha mãe ficou muito preocupada com o fato de eu ficar muito solta, né? [sic] Era costume passar as férias na casa da minha avó paterna, então fui para a casa dela. Ela me ligou e, assim, continuava meio que [sic] o romance, assim, meio que indo e não indo, né? [sic] **Minha mãe me ligou dizendo que eu ficaria lá e que não voltaria. Minha avó mora no interior. Ela ligou e disse: “Olha, você vai ficar aí, você vai morar aí este ano.”** E foi isso. Eu estava na casa



da minha avó pensando: “Meu Deus, como assim? Não vou voltar?” Foi todo um transtorno.

Nesse momento, minha avó teve a conversa que eu te falei anteriormente. Ela disse: “Sua mãe ligou para mim, a gente conversou, mas eu quero entender de você o que está acontecendo.” Aí eu falei para ela: “O que está acontecendo é que estou apaixonada por uma menina.” **E a minha avó é a primeira pessoa que não me violenta, né?** [sic] Ela diz assim: "Olha, eu acho que você é uma menina, uma criança. Você tem que estudar, garantir a sua vida e depois vai pensar nisso. Mas está tudo bem." E eu lembro muito disso, ela falando: "Mas está tudo bem, isso acontece." Aí eu fiquei com aquilo, né? [sic] "Eita, como assim isso acontece? Acontece aonde? [sic] Com quem?". (comunicação pessoal, 14 de ago. de 2023, grifo nosso)

O trecho descreve a participante lidando com uma mudança abrupta de cidade sem aviso prévio ou consulta, após sua mãe descobrir sobre seu envolvimento amoroso com uma menina. Ao compreender o campo social e político como um construtor de parâmetros de normalidade e diferença em um meio em que a heteronormatividade opera de forma compulsória, a diversidade sexual é entendida como "anormal" e tende a desencadear violência (e.g., exclusão social, agressões verbais/físicas, etc.) (Melo, 2020).

As descrições de P5 remetem ao que Melo (2020) constata: ser homossexual em uma cultura heteronormativa, conservadora e que tem como preceito a cisnormatividade, o machismo e o patriarcado tende a gerar homofobia, exclusão social e violência. Além disso, Schulman (2010) assegura que a criação de punições pela família é algo normal em relação a membros homossexuais, desde discursos e práticas desrespeitosas e ofensivas até agressões físicas diretas e indiretas. Sendo assim, compreendem-se os pais como membros dominadores em famílias conservadoras e homofóbicas fazendo uso de seu poder para invisibilizar,

segregar, oprimir e dominar a população LGBTQIAPN+<sup>9</sup>.

Ainda que haja predominância de punições pela família com membros LGBTQIAPN+, P5 conta como sua avó foi a primeira pessoa a não a violentar, demonstrando a importância do acolhimento familiar para a população LGBTQIAPN+. P5 detalha:

Então, morei um tempo lá. Mas é curioso isso, né? [sic] Porque, na verdade, só

potencializou todo o sentimento que eu tinha e toda a vontade de fazer dar certo, né?

[sic] E tudo que eu lia ou tinha contato sobre romances lésbicos tinha um drama.

Então, nossa, isso se colou, né? [sic] Meu Deus, a minha vez, tô aqui vivendo o drama sapatão, assim, né? [sic] Juvenil. Foi muito isso.

Em outro momento, não me recordo agora, temporalmente falando, se isso foi antes da saída do interior ou depois. Mas teve, acho que historicamente, o boom das igrejas evangélicas, né? [sic] E aí teve essa tour também, em que minha mãe me mandou para um... Eu não lembro se foi antes de eu ir para a casa da minha avó e ficar definitivamente ou depois, quando eu voltei. Agora já não lembro. Talvez tenha sido antes.

**Teve um encontro na igreja... um famigerado retiro, que era só de meninas, e minha mãe me mandou para esse encontro.** Ela deve ter falado algo para uma das moças lá. **Em algum momento do encontro, uma das meninas veio rezar por mim e mencionou isso, assim, sabe? Tipo, “afasta todo o demônio sapatônico dessa**

---

<sup>9</sup> A sigla LGBTQIAPN+ reflete um posicionamento de resistência, luta e afirmação de identidade englobando uma ampla diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero. Ela inclui lésbicas (L: mulheres que relacionam-se com outras mulheres), *gays* (G: homens que relacionam-se com outros homens), bissexuais (B: pessoas que relacionam-se com homens e mulheres), transexuais e travestis (T: pessoas que passaram por uma transição de gênero), *queer* (Q: pessoas que não se identificam com as normas tradicionais de gênero, como as *drag queens*), intersexo (I: pessoas com características físicas que mesclam traços masculinos e femininos), assexuais (A: pessoas que não experimentam atração sexual por outras), pansexuais (P: pessoas que se atraem por indivíduos de qualquer identidade de gênero ou orientação sexual), não binários (N: pessoas cuja identidade de gênero não se encaixa nas categorias tradicionais de masculino ou feminino, desafiando o sistema binário de gênero e a cisnormatividade), além do símbolo “+ (mais)” (+: representa outros grupos e variações de gênero e sexualidade). Moreira, G. E. (2022). Por trás do Monograma do Movimento LGBTQIAPN+: Vidas, Representatividade e Esclarecimentos. *Revista Temporis[ação]* 22(2), 20. <https://doi.org/10.31668/rta.v22i02.13262>

**menina e tudo mais.”** Na época, fiquei pensando: “Meu Deus, essa menina tem poderes.” Mas depois pensei: “Não, certeza de que minha mãe falou alguma coisa e tal.” **E eu fiquei muito perturbada, assim. Foi uma violência gigantesca ter** participado desse evento porque era super moralista, né? [sic] Um rolê superpesado mesmo, sabe?

E eu lembro que, depois desse evento, acho que cheguei a romper. E aí eu falei para ela: “Olha, eu fui nesse encontro, Deus não quer, Deus não gosta, **a gente vai ter que parar com isso.**” Anos depois, até brinquei com ela, falei: “Cara, eu preciso te pagar terapia, assim, né? [sic] Porque, meu Deus, pensa, né? [sic] Tudo isso.” (comunicação pessoal, 14 de ago. 2023, grifo nosso)

P5 relata a violência de participar de um retiro da igreja a mando da mãe, o qual, aparentemente, propunha-se a realizar uma “cura gay”. Em um estudo realizado por Mesquita e Perucchi (2016), cujo objetivo foi investigar, por meio da análise de vídeos disponíveis na internet, as concepções sobre a diversidade sexual enunciadas por religiões cristãs predominantes no Brasil, os resultados encontrados consistiram apenas em vídeos que desaprovam relacionamentos afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo, entendendo a homossexualidade como pecaminosa e antinatural e divulgando discursos que tratam a heterossexualidade e a cisgeneridade como verdades incontestáveis. A participante convida a olhar para a violência que experienciou ainda na adolescência devido a uma construção social baseada em “valores moralistas e conservadores que oprimem e limitam a liberdade de ser, sentir, amar e viver” (Dantas, 2016, p. 44), pois ao considerar a diversidade sexual como antinatural há a premissa que a homossexualidade seja uma patologia ou um transtorno passível de reversão ou cura. P5 revela ter sentido-se “muito perturbada”, uma vez que teve sua intimidade violada e sua orientação sexual desvalidada.

P5 descreve, ainda:

Então, tinha também, junto com esse marco histórico, o advento da internet, né? [sic]  
 Havia o Orkut, então eu não deixei exatamente de falar com ninguém. Tampouco  
 deixei de beijar meninas, porque, né, [sic] uma coisa não tem nada a ver com a outra.  
 Morando lá, conheci outras meninas e beijei também; estive lá e tudo mais, um flerte  
 aqui, um flerte ali. E aqui em Campo Grande, quando voltava, encontrava as amigas  
 que também se entendiam como meninas lésbicas, homossexuais, né? [sic] Então, não  
 tem nada a ver uma coisa com a outra, né? [sic]

O trecho indica que as tentativas de sua mãe de convertê-la à heteronormatividade não foram bem-sucedidas, uma vez que tal conversão inexistia. Autores afirmam que, quando uma mulher passa a reconhecer-se lésbica, o peso da homossexualidade é diferente, pois socialmente o papel das mulheres nas famílias é a dependência e subordinação aos homens (Badinter, 1986), corroborando novamente com as expectativas de gênero. Quando questionada sobre como foi para a sua mãe compreender que a homossexualidade não é algo que pode ser alterado, P5 respondeu:

Eu acho que para ela, na verdade, a ficha caiu, de verdade, quando eu já tinha 18 ou 19 anos e retomei o romance com essa moça. Passada ali, né? [sic] Todo drama, cartas, ligações, escondidas. A gente retoma esse namoro porque entendíamos [sic] que precisávamos [sic] viver isso, assim, sabe? E aí eu passo a bancar isso. Ela muito irritada, passa a entender que vai acontecer e eu já pensando: “Pô, sou maior de idade, tenho 18 anos e é isso.” Ela demorou muito para aceitar. Tratava mal, destratava, perturbava, ficava ligando, enchendo o saco e tudo mais.

A gente não chegou a ter uma conversa do tipo: “Olha, então tá, [sic] é isso mesmo”, sabe? Inclusive, em algum momento, ao contar para os meus irmãos ou para ela mesma sobre essa história toda, ela dizia que não se lembrava de muita coisa, tipo: “Não, eu nunca te falei isso, eu não sei o quê.” Mas eu sei que, bom, eu tenho 32

anos, né? [sic] Essa história tem pelo menos vinte e poucos anos, né? [sic] Desde aquele primeiro caso até hoje muita coisa aconteceu no sentido de eu conhecer outras pessoas. E a cada pessoa que eu namorava ela ia se aproximando de uma outra forma, encontrava outras vias em comum.

Por exemplo, teve uma moça que eu namorei e que gostava muito de samba e minha mãe gosta, gostava muito de samba. Elas se encontraram nesse contexto e, a partir disso, minha mãe se aproximava um pouco mais; não lidava com o fato de que ela era minha namorada, tipo assim, mas pensava: “Ah, beleza, não é o demônio”, sabe assim? Já era diferente. Hoje em dia, minha mãe é apaixonada pela minha namorada, assim, sabe? Ela trata muito bem, se aproxima, fica perto e tudo mais.

**Mas já houve situações com essa primeira namorada em que eu chegava perto, pegava na mão e depois ela vinha me falar: “Ah, vocês estão se esfregando na minha frente, sabe? Ou estão fazendo esse tipo de coisa e tal.” Era muito censurado, né? [sic] Imagina, a gente estava se abraçando, enfim, coisas básicas de qualquer namoro.** (comunicação pessoal, 14 de ago. de 2023, grifo nosso)

P5 continua e conta como foi o para o seu pai e a sua avó “lidarem” com a sua orientação:

Bom, meu pai soube também, pelo menos de mim, né? [sic] Acho que ele soube pela minha avó ou pela minha mãe, algo do tipo, mas a gente até então nunca tinha tido uma conversa clara sobre isso. Quando eu estava lá, com 18 ou 19 anos, lembro que, em algum momento, minha mãe me pressionou em relação a algo ligado à herança, que não havia nenhuma [sic]. Era tipo: **“Ah, se você vai fazer isso, seu pai vai te deserdar, que não sei o quê.”** Sabe assim? Eu falei: “Ah, então tá, per aí que vou falar com ele e providenciar isso.”

Lembro que liguei para ele e, num impulso, disse: **“Olha, pai, o negócio é o seguinte:**

**eu preciso conversar com você e te contar que sou lésbica.” Ele, que já não sabia, e a gente não tem uma conversa tão próxima, tem muita dificuldade de dialogar.**

**Ele reagiu desse jeito, assim: “Ah, entendi, tá, [sic] fala aqui com a sua madrasta.”** Sabe, tipo, não consegui lidar com aquilo. Mas isso aconteceu, não é delírio, e nunca mais falamos sobre isso, até agora.

Com a minha avó, que me acompanhou mais de perto na adolescência, ele se aproximava, mas sempre estava viajando. Como eu te disse, vinha em situações muito pontuais, mas não havia nenhum [sic] debate do tipo “ah, ela está namorando”, sabe? Meu pai sempre teve uma relação comigo muito mais voltada ao trabalho: “Está estudando, está fazendo, ah, então tá [sic].” Sempre foi isso. Cheguei a me questionar na vida: “Nossa, será que meu pai acha que eu nunca iria namorar?”, né? [sic] Enfim, ele não me vê dessa forma. E cheguei a pensar também em algum momento: “Nossa, será que ele entende que é mais fácil ou mais cuidadoso eu estar namorando uma menina e não um menino, né?” [sic] Tipo, não há chance de engravidar, por exemplo, sabe? Enfim. Essas coisas que cheguei a me questionar na vida.

Quanto à minha avó, ela sabia de alguns rolinhos, né, [sic] das saidinhas de adolescentes e tal. Ela não deixava ninguém entrar em casa e ficar ali de rolo; colocava regras muito rígidas, assim, sabe? **“Ninguém aqui em casa.”** Mas ela não chegava a xingar ou algo do tipo, sabe? Ela fazia de conta que não via, mas via, e fazia de conta que não via, sabe assim? Isso durante a adolescência. Conforme fui crescendo e comecei a namorar, por exemplo, quando assumi, eu tive muita dificuldade de falar pra ela, assim, de dizer: “Olha, tá acontecendo, né? [sic] A gente tá namorando.”

Lembro que houve situações pontuais em que fomos para a cidade dela e minha namorada da época, que foi a primeira, foi junto. “Ah, vamos fazer um passeio juntos.” Ela ia, mas tudo muito tenso, sabe? Não rolou. E eu vejo que foi um processo

similar ao que tive com a minha mãe. A segunda namorada, então, ela não queria se relacionar, sabe? Enfim, com essas outras pessoas que eu conhecia, ela não queria se relacionar.

Agora, essa namorada atual, foi difícil também aproximá-la porque em algum momento eu quis estar lá e minha namorada foi junto. Mas vejo que ela tem um tratamento diferente. Ela é mais respeitosa. Acho que isso está muito articulado ao fato de eu também bancar isso com mais segurança. Anteriormente, eu tinha muito medo de como seria, o que ela faria, o que eu faria, né? [sic] Agora não; agora é assim: “Ó, tá? [sic] Minha namorada, essa aqui é minha namorada, tá?” [sic] E ela já diz: “Então tá, sua namorada.”

Mas eu acho que é isso, né? [sic] Que atravessa a história. **Fica muito esse receio de: “Nossa, será que estou magoando? Será que estou machucando?”** (comunicação pessoal, 14 de ago. de 2023, grifo nosso)

A participante conta a sua história ao se compreender como uma mulher lésbica enfrentando dificuldades familiares no que tange à sua sexualidade em que a heteronormatividade exterioriza expectativas e obrigações sociais que decorrem de uma lógica social de gênero (Miskolci, 2009). Percebe-se, novamente, a influência das expectativas de gênero no cotidiano dos sujeitos expondo o gênero como um construto de domínio e regulação.

#### 4.2. Arrematando

O presente capítulo aborda as expectativas de gênero e as suas influências na vida de meninas e mulheres com ênfase nas expectativas estéticas, comportamentais e de orientação sexual, que são dispostas/impostas desde a infância e a adolescência das participantes. O

texto está dividido em subseções de acordo com as expectativas citadas.

Em relação às expectativas estéticas, as participantes (P1, P2, P5) evidenciam como a estrutura social impõe padrões estéticos rígidos para meninas e mulheres, particularmente em relação à aparência física, visto que ela compõe uma das formas de representatividade do que é considerado feminino. A subseção aborda a cobrança frente ao padrão de beleza tradicional e tido como feminino em que as mulheres devem "usar roupas adequadas", ter "cabelo comprido e liso" e estar de "unha feita". Além disso, trata da opressão e discriminação de mulheres não só de acordo com seu gênero, mas considerando o atravessamento da raça (P2). O atravessamento de raça lembra a importância da interseccionalidade na discussão de gênero, uma vez que diferentes marcadores sociais (e.g., gênero, classe, raça, etc.) podem ajudar a compreender suas interações. Nesse caso específico, nota-se uma mulher negra marginalizada não somente pelo gênero, mas também por sua raça, ao se caracterizar de forma diferente do padrão estético dominante que se associa a um ideal de beleza de mulheres brancas.

As expectativas comportamentais mostram como meninas e mulheres são socializadas para se comportarem no mundo de acordo com estereótipos tomados como femininos. Os relatos apresentam como o padrão comportamental feminino deveria corresponder a meninas passivas, sensíveis e modestas. Quando as participantes (P1, P2, P3, P5) se distanciavam dessas expectativas eram desencorajadas, criticadas ou excluídas. As descrições demonstram que quando as participantes engajavam-se em atividades consideradas masculinas (e.g., futebol e brinquedos de "menino") gerava-se um conflito, pois elas eram vistas como transgressoras do que era considerado normal. Os relatos conduzem a perceber como as normas de gênero estão presentes cotidianamente na vida de meninas e mulheres e como a quebra de tais regras gerava punições (e.g., "piadas", discriminação, rotulações, silêncio, etc.).



No que diz respeito às expectativas de orientação sexual, as memórias narradas por P5 demonstram parte do processo de autoconhecimento e reconhecimento da participante como uma mulher lésbica enfatizando as tensões e desafios que as normas sociais (e.g., expectativas de gênero, heteronormatividade) impõem aos corpos (e.g., LGBTfobia, exclusão, etc.). Ao longo do relato da participante é possível perceber como o meio social exige a conformidade com um ideal heteronormativo e como tal ideal, sustentado por uma estrutura social, naturaliza relações heteronormativas, internalizando em nossa sociedade valores heteronormativos. A descrição da participante também aborda a presença do cristianismo e do conservadorismo no campo social e como a sociedade faz uso deles como estratégia de controle e punição a fim de impor o que é considerado "normal".

Sendo assim, o presente capítulo apresenta a disposição/imposição cotidiana de normas sociais que se referem a meninas e mulheres como gentis e submissas. Além disso, as expectativas abordadas permitem perceber como os "papéis" de gênero são aprendidos de forma geracional, uma vez que os valores e crenças são construídos cotidianamente a partir de normas sociais (família, escola, Estado, etc.) e internalizados de acordo com as relações de poder que refletem as relações sociais às as mulheres são expostas.

**5 MEMÓRIAS MARCADAS: A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO  
COTIDIANO DE MULHERES**

---

“Conto a minha história não porque ela é única, mas porque não é.  
É a história de várias garotas.”

Malala Yousafzai

A violência de gênero tende a ser uma temática de difícil definição considerando os diferentes estudos que a conceituam. Autoras como Almeida Teles e Melo (2002) apontam a violência de gênero como:

Uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher. Demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indicam que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas (p. 18).

A partir de definições como essa compreende-se a violência de gênero como um construto social produzido e reproduzido a partir da alteridade nas relações de gênero, caracterizadas pela dominação masculina. Os homens estão no centro do poder dominando, explorando e oprimindo as mulheres (ver Bourdieu, 1998/2017; Butler, 1993/2011).

Nesse cenário, as participantes deste estudo foram convidadas a contar sua(s) história(s) com a violência de gênero, da(s) qual(is) é possível elucidar o trecho a seguir:

**Pesquisadora:** Eu preciso que você me conte a sua história com a violência de gênero.

**P1:** O que exatamente você quer dizer com violência de gênero?

**Pesquisadora:** Bom, aí depende da história que você vai me contar... me conta a história que você se sentir mais à vontade (comunicação pessoal, 16 jul. 2023).

P1 questiona qual seria a definição de violência de gênero. Supomos que a participante tenha levantado essa questão para orientar-se sobre o seu autorrelato. Neste

estudo, optamos por não definir a violência de gênero para a(s) participante(s). O objetivo de não definir o termo "violência de gênero" foi evitar possíveis desconfortos e induções entre tal definição e o relato da(s) participante(s) possibilitando compreender como elas percebem e nomeiam esse fenômeno. Percebem-se nos relatos diferentes formas de violências como: a violência simbólica, o assédio sexual, a violência psicológica e a violência sexual. Para além das situações de violência descritas, uma das participantes enfatiza:

**P4:** Quando minha melhor amiga fez o convite para eu vir aqui, ela estava se referindo a um episódio. Então, é sobre ele que eu gostaria de falar, mas acho que, se fosse para nomear todas as violências que eu já sofri de gênero, a história seria muito mais longa do que essa. Vou tentar falar sempre sobre mim, em primeira pessoa, porque sei que isso é importante, mas acho que não é só sobre mim. Acho que é sobre todas as mulheres. (comunicação pessoal, 10 de ago. de 2023)

O relato de P4 reforça a necessidade de estudar a violência de gênero e suas manifestações tendo em vista sua presença na vida de meninas e mulheres a fim de propor e implementar estratégias de enfrentamento.

## **5.1 Violência de Gênero: Entre Vivências Sutis e Explícitas**

### ***5.1.1 Violência Simbólica***

Convidada a contar a sua história com a violência de gênero, P5 descreve:

Bom, eu até vim pensando nisso, sabendo que haveria uma conversa sobre essa temática, né? [sic] Fiquei refletindo muito sobre isso, assim, **qual foi o primeiro momento em que me dei conta de que havia um marcador que fazia diferença na forma como as relações se estabeleciam, né?** [sic] E que esse marcador era

**gênero.**

E a primeira vez que isso aconteceu foi **durante o meu mestrado**, no qual eu ainda não pesquisava e não tinha tanto aprofundamento nas leituras de gênero. Já tinha ouvido falar, “ah, feminismo, né, [sic] mulheres, somos todas amigas”, né? [sic] E essa coisa toda de solidariedade, mas tudo de uma forma muito superficial. Eu me lembro que, durante o mestrado, **percebi algumas diferenças no tratamento da minha orientadora** à época, de acordo com o gênero. Com alguns meninos **a resposta era diferente em relação às meninas**. Havia situações em que estávamos em grupo de pesquisa e, quando **as meninas citavam algo, os meninos diziam exatamente a mesma coisa e ela respondia: “Ah, o fulano falou isso, que legal, né?”** [sic] Mas até então isso não tinha um nome; já havia um estranhamento. (comunicação pessoal, 14 de ago. de 2023, grifo nosso)

O relato da participante sugere relações assimétricas de gênero no locus laboral, o que condiz com elementos da literatura acerca da violência contra as mulheres (Cotrim et al., 2020). Tal literatura indica que as organizações podem ser compreendidas como um microcosmo social, ou seja, tendem a reproduzir as características de uma sociedade. Logo, se no ambiente extralaboral a violência simbólica ocorre, ela também ocorreria com características específicas ao campo de trabalho. Butler (1993/2011) compreende a violência simbólica como uma forma de opressão que opera por meio da linguagem, normas culturais e representações sociais, cujo impacto ocorre em diferentes identidades (e.g., gênero, raça, etc.).

Assim, entendemos que a forma como representam as mulheres e, concomitantemente, falam sobre elas e definem regras sociais para seu comportamento pode-se produzir violência simbólica. P5, nessa direção, conta que as mulheres eram tratadas de forma "diferente" quando comparadas aos homens. Ela nota como os homens eram

valorizados em detrimento das mulheres ainda que ambos os grupos se manifestassem da mesma maneira. Nesse sentido, em concordância com Butler (1993/2011) e Bourdieu (1998/2017), nota-se que a violência simbólica ocorre sutilmente a partir de discursos dominantes nos quais há uma imposição de normas, valores e práticas que são construídos como naturais. P5 demonstra a naturalização do comportamento de sua orientadora, que coloca os homens em um lugar de superioridade em relação às mulheres, valorizando-os e fazendo com que as mulheres sintam-se descredibilizadas e discriminadas.

P5 prossegue e especifica um segundo episódio:

**E eu lembro de uma situação que aconteceu em um congresso em que fomos com colegas.** Quem estava dirigindo o carro era um rapaz e o carro era dele. Nós dividimos e fomos com ele. Tinha uma amiga muito feminista nesse grupo, mas tudo bem, fomos, apresentamos os trabalhos e tudo mais. Havia um horário combinado para voltar do congresso, para todo mundo retornar a Campo Grande, né? [sic] Então, eu me organizei de acordo com isso. Tinha um contato com um professor que eu havia combinado numa reunião que, inclusive, tinha muito a contribuir com a minha pesquisa. Combinei com ele e tudo mais, e aí **esse colega**, que era o dono do carro e dirigia, chegou para a gente e falou: **“Oh, então a gente vai precisar voltar antes e é isso, tá?”** [sic] Eu respondi: **“Olha, mas espera aí, você tinha me dito um horário, eu me organizei de acordo com esse horário e agora eu tenho um compromisso que é muito importante para mim.”** Ele falou: **“Oh, eu sinto muito, a gente vai ter que voltar antes, e é isso, pronto, acabou, o carro é meu.”** E eu fiquei muito chateada, tipo assim: **“Cara, como assim, o cara fez isso, né? [sic] Claro, o carro é dele, eu até entendo, mas poxa, fiquei muito irritada.”** E aí, nesse momento, essa minha colega, que tinha uma leitura maior de feminismo à época, virou para mim e disse: **“Ele é homem. O que você está esperando de diferente? Ele é homem e você é uma**

**mulher, e é isso.**” (comunicação pessoal, 14 de ago. de 2023, grifo nosso)

Recorrendo novamente a Butler (1993/2011) e Bourdieu (1998/2017), observa-se que a violência simbólica é um fenômeno que retrata um meio de dominação decorrente de muros simbólicos. Nossa estrutura social desenvolveu um cenário em que o homem branco, hétero e de classe média/alta ocupa o centro dos espaços e, para garantir seu espaço, há a marginalização de outras existências. Portanto, as minorias (e.g., mulheres, negras(os), LGBTQIAPN+, etc.) são direcionadas à margem dos espaços tendo como constituição de controle social a violência, que tende a manifestar-se de diferentes formas.

Cruz (2008) define a violência de gênero simbólica como "constrangimentos morais impostos pelas representações sociais de gênero – sobre o masculino e o feminino" (p. 4). Embora a sociedade esteja em constante transformação, a norma patriarcal segue imperando socialmente, disseminando a ideia de que as mulheres são subordinadas aos homens. A violência simbólica demonstra desigualdades sistemáticas, pois as relações assimétricas de gênero persistem, produzindo, por meio da repetição, a visão de que as mulheres são inferiores aos homens.

### **5.1.2 Assédio Sexual**

P1 e P2 contam:

**P1:** Tá... **acho que é uma história nada a ver**, a primeira coisa que veio na minha cabeça. Acho que é o dia que eu percebi que assim, não que eu não tivesse percebido antes, mas que é **muito marcante pra mim**... Eu tava [*sic*] no **posto de gasolina** abastecendo o meu carro e aí eu tava de [*sic*] janela aberta, tava [*sic*] conversando com o frentista, **tavam [*sic*] passando dois meninos** com a idade de aproximadamente... sei lá... **11, 12 anos** e aí eles tavam [*sic*] me olhando e aí eu fiquei sem entender o que

tava acontecendo até que um virou pro outro e falou assim “ala” [sic] aí o outro olhou pra mim e falou assim “**nossa, você é muito linda, gostosa**” não sei o quê. Eu fiquei muito indignada, aí eu fiquei assim “como é que é?” e ele “é isso mesmo, você é muito linda”... Aí eu fiquei assim, tipo “**cara, o que que [sic] acabou de acontecer que um menino de 12 anos achou que tudo bem ele mexer com uma menina que evidentemente era muito mais velha do que ele**” porque, afinal de contas, eu estava dirigindo, **e que seria tudo bem...** (comunicação pessoal, 16 de jul. 2023, grifo nosso)

**P2:** Bom... o episódio sobre o qual escolhi falar hoje é de quando eu era mais nova, cerca de **16 ou 17 anos**. Fui com algumas amigas para **uma festa de atlética...** *open bar* e tal. Assim, nós, novinhas, não pensávamos em muita coisa... só queríamos beber e nos divertir. Inclusive, eu era menor de idade... (risos). Mas fomos lá para nos divertir. **Acabou que conheci um rapaz na festa e ficamos juntos** porque ele era conhecido de alguns amigos meus também. E aí, assim, né [sic] ... festa de atlética, ninguém tem muito compromisso com nada... **ficamos juntos um tempinho na festa, mas depois comecei a conversar com outro rapaz que estava lá também. Era só uma conversa, não tinha intenção de ficar, mas ele ficou incomodado. Detalhe: eu tinha conhecido o cara na festa.**

**Ele ficou chateado e me chamou de canto, dizendo que se eu ficasse com alguém naquela festa ele me daria uma facada e, na verdade, estava com um canivete apontando para a minha barriga.** Só fui perceber um pouco depois que realmente tinha um canivete na minha barriga porque até então achava que era só uma brincadeira, tipo, "nossa, ele está com ciúmes bobos". Mas, quando olhei, **ele realmente estava com um canivete apontado para mim...** e isso já era lá pelo meio da festa. Quando me dei conta, parecia que fiquei [sic] sóbria na hora e disse "não", tentei



apaziguar a situação, dizendo: "não, ele era só meu amigo... não tem nada disso..." e tentei acalmá-lo da melhor forma possível. **Ele então ficou mais afastado, mas o tempo todo me observando na festa, como se não me deixasse em paz. Eu ia para um canto, ele ia; eu ia falar com as minhas amigas, ele ia atrás.** Então, assim...  
(comunicação pessoal, 20 de jul. 2023, grifo nosso)

Os episódios detalhados ilustram o assédio sexual que refere-se a "toda conduta de natureza sexual não desejada que, embora repelida pelo destinatário, é continuamente reiterada, cerceando-lhe a liberdade sexual" (Pamplona, 2001, p. 35). Butler (1990/2018) afirma que o assédio sexual alude a relações de poder que regulam as interações sociais podendo infringir a integridade física e psicológica de quem a vivencia, persistindo em um contexto cultural que naturaliza e legitima comportamentos agressivos e a objetificação dos corpos, especialmente os corpos femininos.

P1 conta ter sido constrangida por dois meninos menores de quinze anos ao realizar uma atividade comum: dirigir-se a um posto de gasolina para que seu carro fosse abastecido. P2 descreve ter sido constrangida, ameaçada com uma "arma branca" e perseguida por um homem que havia acabado de conhecer. Em ambos os casos nota-se a presença do constrangimento como um artifício explícito de poder. Além disso, no caso de P2, também pode-se perceber o homem agindo como "dono" da participante, proibindo-a de envolver-se com outras pessoas e ameaçando-a para impor seu desejo. Ainda assim, a literatura aponta que o assédio sexual é tratado como algo corriqueiro no cotidiano das mulheres o que, na maioria dos casos, não é visto ou tratado com a seriedade que deveria, sendo entendido como flerte, piada ou brincadeira (Sá et al., 2017). Isso auxilia a compreender por que P1 inicia seu relato dizendo "acho que é uma história nada a ver". Mesmo que a participante conte sua história reconhecendo-a como uma violência, as construções sociais que provocam impacto sugerem que tais vivências são legitimadas como naturais, fazendo com que histórias como a de P1

pareçam "nada a ver".

Crenshaw (1991) alega que o assédio sexual é uma violência que afeta as mulheres, uma vez que manifesta-se a partir de múltiplas categorias sociais de opressão que se inter-relacionam e se reforçam mutuamente, potencializando abusos e vulnerabilidades cumulativas nas ruas. Isso contraria pesquisas e leis que têm como objetivo estudar o assédio sexual apenas como parte de ambientes laborais e de hierarquias visíveis e pré-determinadas no mundo do trabalho. É importante lembrar que o assédio sexual ocorre em diferentes espaços, como demonstrado nos relatos apresentados, e é uma das muitas formas de dominação masculina, construída e legitimada socialmente, perpetuando o poder e a suposta superioridade dos homens em detrimento das mulheres.

### 5.1.3 *Violência Psicológica*

No que tange à violência psicológica, P3 conta:

Então, é... **eu tinha um namorado, né? Ele era muito agressivo comigo, já havia gritado diversas vezes em lugares públicos e chegou a querer avançar em mim. A gente brigava na casa dele e ele tentava se impor fazendo com que eu dormisse com medo de ele me bater e pensando em maneiras de escapar, como ir embora. Já brigamos em um bar por assuntos muito bobos e ele gritava comigo de uma forma que deixava todo mundo no lugar constrangido.** Ele continuava gritando, não me deixando ir para casa. Enfim, eram coisas que sempre tinham motivos muito bobos, sabe? Não era realmente uma briga séria, **era algo que ele fazia para se impor só porque me via como uma pessoa vulnerável, basicamente por eu ser mulher, né?** [sic]. (comunicação pessoal, 4 de ago. de 2023, grifo nosso)

O relato da participante indica uma relação de constrangimento e de intimidação em

que ela descreve a presença de agressividade por parte de seu ex-parceiro romântico, observando que ele gritava para se impor, por enxergá-la como alguém "vulnerável", por ela "ser mulher". Tais memórias indicam uma relação abusiva que Paiva e Figueiredo (2003) assinalam como vivências recorrentes e significativas de atos de violência em um relacionamento afetivo-sexual.

P3 exemplifica situações vivenciadas durante o envolvimento com seu ex-namorado: Teve uma situação em um bar em que estávamos conversando e **tudo estava bem**. Já tínhamos bebido bastante e estávamos até com a família dele. **Aí ele começou a falar de uma banda daqui de Campo Grande dizendo que não gostava de ninguém [sic] nessa banda**. Eu conheço a galera dessa banda e **um dos meninos já gostou de mim e ele sabe disso**. Então, ele começou: **“Ah, porque esse fulaninho eu não gosto dele, ele acha que não sei o quê, não sei o que lá”**, tipo, do nada esse assunto surgiu. Eu comecei a querer defender dizendo: **“Ah, não é uma banda muito séria e tal, às vezes é mais por diversão.”** **Mas ele começou a querer brigar comigo por ciúmes ou qualquer outra coisa e gritava comigo, não me deixando falar**.

**Nós estávamos sentados em um banco e ele começou a se impor ficando muito perto de mim e gritando, com os olhos bem arregalados**. Lembro que, até o momento da discussão, estava tudo *ok*. Mas eu me lembro exatamente do momento em que ele começou a gritar muito comigo. Na hora, fiquei quieta e disse: **“Eu não vou responder mais nada.”** **Começou a me dar medo e eu olhava para o pai dele que estava lá, para a tia dele, tipo...**

**Pesquisadora:** Sem reação?

**P3:** Sem reação, tipo, assim, ninguém me ajudou, ninguém falou nada e ele gritava de um jeito que dava para todo mundo ouvir, tipo, todo mundo, sabe? Em outra ocasião, eu estava na casa dele. Ele mora fora, então fui até a cidade dele. Estava na

casa dele e ele começou a discutir comigo de uma maneira muito feia porque eu queria dormir e ele queria ficar jogando. Lembro que eu estava sentada na cama e ele, em pé, gritava comigo. Em um momento, ele disse algo que nunca esqueço: eu estava visivelmente com muito medo, chorando, e ele gritava muito comigo. Então, ele disse: “Você tem medo que eu bata em você? Eu não vou bater em você, eu não faço nada, eu só falo.” Para mim, isso foi muito assustador. Ele era sempre muito agressivo em tudo.

Uma vez, ele quase quebrou o teclado dele e o pai dele foi lá ver se estava tudo bem. Eu estava olhando, com medo, pensando na próxima coisa que ele poderia fazer, como se eu estivesse na mira. Enfim... Era isso. Eu acho que acabei bloqueando muitas coisas que ele falou para mim. Quando ele começava a gritar, eu simplesmente fechava minha mente e pensava: “Não vou ouvir nada [sic] do que ele está falando, não vou ouvir nada do que ele está falando”, porque nada do que ele dizia era verdade, sabe? **Era muito horrível.**

**Acho que isso acabou tendo um efeito em mim porque hoje eu evito um pouco os conflitos.** Nunca fui de evitar conflitos, mas agora eu fico assim porque **não consigo passar pelo que passei.** Na época, achava normal, tipo: “Ah, esse é o jeito dele, ele é meio explosivo, tá tudo bem.” Mas eu tinha muito medo, **morria de medo,** especialmente quando estava lá sozinha na casa dele, um lugar que deveria ser seguro, mas eu não me sentia segura. **Ficava pensando que teria que ir para o aeroporto implorar por uma passagem de volta para cá, de urgência, porque meu namorado era muito agressivo, sabe?** (comunicação pessoal, 4 de ago. de 2023, grifo nosso)

A descrição da participante assemelha-se à violência psicológica, que é caracterizada por comportamentos pejorativos e depreciativos em relação à saúde emocional da parceira afetivo-sexual em que existe um padrão de comunicação com o intuito de causar sofrimento

psicológico por meio de insultos, menosprezo, humilhações constantes, intimidação e até ameaças (OMS, 2012 *apud* UNFPA, 2019). Nesse sentido, Hooks (1999/2000) define a violência psicológica como um conjunto de ações que busca controlar, humilhar, manipular, desvalorizar, intimidar e ameaçar a mulher criando um ambiente de medo e insegurança. A autora chama a atenção para a violência psicológica como uma extensão da opressão patriarcal cujo intuito é reproduzir dinâmicas de controle e dominação enraizadas nas normas culturais. A descrição “ele disse: “Você tem medo que eu bata em você? Eu não vou bater em você, eu não faço nada, eu só falo” concerne ao que Hooks afirma acerca das dinâmicas de controle e dominação dos homens.

#### **5.1.4 Violência Sexual**

Apesar de ser um longo trecho de transcrição, nos parece pertinente apresentar na íntegra as memórias de P4 acerca da violência sexual. A participante inicia seu relato descrevendo o contexto que antecede a violência:

O que aconteceu, na verdade, foi que **eu tinha 14 anos na época**. Eu era uma menina que costumava sair bastante. Minha mãe trabalhava muito, então acho que ela não tinha tanto controle do que eu estava fazendo, sabe? Naquela época, as pessoas já bebiam e fumavam maconha; era um contexto em que uma pessoa de 14 anos não deveria estar vivendo, mas foi a minha história, né? [*sic*] Foi assim que aconteceu. **Eu convivia com pessoas que tinham bastante dinheiro**. Estudava em uma escola particular, a mais cara, e havia várias pessoas com muito dinheiro, o que acabava abrindo portas para muitas coisas, sabe? Eram meninos que eram menores de idade, mas que dirigiam e tinham acesso a muitas coisas que talvez não tivessem se não fosse por esse motivo. **Acho que isso também fazia com que as coisas ficassem mais**

**encobertas.**

Aliás, eu acho que tudo isso ficou mais encoberto naquela fase porque entre 2014 e 2015, não tenho certeza se foi em dezembro ou em janeiro, mas foi durante aquelas férias. **As pessoas não falavam ainda sobre relacionamentos abusivos e violência de gênero de forma tão explícita, sabe?** Acho que isso começou a acontecer alguns anos depois porque lembro que, em 2016 ou 2017, as pessoas já estavam falando disso de forma mais clara. Antes disso eu não tinha esse contato tão próximo. **É lógico que eu sabia que havia coisas escancaradas, mas não tinha noção da violência mais implícita.** (comunicação pessoal, 10 de ago. de 2023, grifo nosso)

Ela prossegue:

Daí, o que aconteceu foi que, nesse dia, **teve uma festa** na casa de um amigo que era namorado de uma das minhas amigas mais próximas. Nessa festa tinha muita bebida, eu bebi e havia esse menino lá que era meio que namorado de uma das minhas melhores amigas. Não era um namoro formal, mas era quase isso, sabe? Eu o conhecia por causa disso, mas também por outros amigos em comum. Essa menina não saía muito porque o pai dela era supermachista e não a deixava. Quando ela saía ia a eventos mais controlados tipo ir ao cinema, algo assim durante o dia. Ela não estava lá naquele dia. Então, nesse dia, eu tinha bebido, fumado maconha e já era mais tarde da noite. Lembro que aconteceram várias coisas perigosas como eu ter entrado em um carro com um menino dirigindo muito rápido, tipo, cantando pneu. Foi uma noite caótica, sabe?

Minha amiga que estava comigo, tinha duas amigas, na verdade: uma que era namorada do dono da casa e a outra que era a menina com quem eu ia dormir. Essa última tinha um exame da escola no dia seguinte, estava de recuperação e teria que acordar cedo. A mãe dela ligou e ela disse que “ia embora”. Fiquei ali e a outra menina falou: “Não, mas eu vou dormir aqui”, porque ela namorava o dono da casa. “Você

pode ficar aqui também.”

Acabei ficando. Minha mãe não sabia que eu ia ficar lá porque achava que eu estava na casa da outra amiga que já tinha ido embora. Nessa altura, eu já estava bêbada e a partir daí **minha memória é meio picada. Não sei se por conta do álcool ou por causa do trauma que sofri** mas, enfim, vou contar as coisas que me lembro na ordem em que lembro.

Eu me lembro de que esse menino, que não era nem o dono da casa nem o outro, ele tava [sic] lá de convidado, ele era namorado da minha outra amiga que não tava [sic] lá, dessa que eu tô [sic] te falando. Esse menino veio, conversou comigo, daí **ele me chamou pra um canto da casa**, que eu me lembro até de ouvir bastante o latido do cachorro. Ele tinha, o menino dono da casa, tinha uma cachorra grande e esse menino conhecia ela e ele a mandava calar a boca assim, porque ela tava [sic] latindo, porque a gente tava bem na porta do canil.

**E aí ele já começou a colocar a mão em mim, me beijar, eu falei que não queria várias vezes, eu lembro de conseguir ter falado “não” várias vezes, mas eu acho que hoje a interpretação que eu dou é que ele interpretou como um charme, como uma coisa assim, sabe? Ele não levou a sério aquilo.** Só que eu já tava [sic] meio mole, sabe? Por conta da bebida, enfim. Eu não tava [sic] acho que em condições de reagir, também não tinha, acho que eu não tinha aparato emocional, não tinha força mesmo pra impor o que eu não queria falar, que tipo, sei lá, poderia ter gritado, poderia ter feito alguma coisa mais incisiva, mas não foi o que eu fiz. **E aí isso começou a acontecer ali, estava bem escuro, aí a minha memória já começa a ficar meio picada, mas eu lembro que ele me levou pra dentro da casa.** Dentro da casa tinha um quarto que eu acho que era um quarto de visita, aí nesse quarto tinha um banheiro, eu me lembro de algumas coisas nesse meio-tempo, tipo, **essa parte é**

**bem apagada, mas eu me lembro bem, ele tá [sic] com a calça abaixada, me lembro dos pais dele ligando pra ele e ele ficou meio nervoso na hora e tal, acho que os pais queriam que ele fosse embora e assim tentou... E daí me lembro de poucas coisas nesse meio-tempo. O que eu sei é que quando eu acordei, porque aí eu fiquei desacordada, não sei a partir de qual momento, quando eu acordei ele já não estava mais lá, já tava [sic] claro o dia, é, a minha roupa, eu tinha uma roupa que era tipo um croppedzinho [sic] que tinha um botãozinho assim, sabe quando tem um botão e um elástico? Isso tava rasgado, tipo, já tava rasgado, eu lembro de sentir um pouco de dor, não entendi direito o que exatamente tinha acontecido, até hoje eu não sei exatamente o que aconteceu, eu sei que o nome disso é estupro, eu só não sei os detalhes, sabe?**

P4 narra ter sido violentada sexualmente não se recordando dos detalhes devido à intoxicação induzida pelo uso de álcool e drogas. Assim, faz-se necessário recordar os efeitos dessas substâncias no organismo: queda da capacidade de processamento de informações, ausência de controle motor, discurso confuso, perda do tempo de reação e perda da consciência (Norris, 2008). Logo, tais efeitos a tornam vulnerável. O artigo 217-A da Lei n.º 12.015/2009<sup>10</sup>, que altera o Código Penal Brasileiro, determina: “é estupro de vulnerável fazer qualquer tipo de sexo com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.” O relato de P4 refere-se a um crime, o estupro de vulnerável, e deve ser tratado como tal.

P4 enfatiza: “eu lembro de conseguir ter falado ‘não’ várias vezes”. Ainda assim, a participante diz: “acho que hoje a interpretação que eu dou é que ele interpretou como um charme, como uma coisa assim, sabe? Ele não levou a sério aquilo.” A participante indica

---

<sup>10</sup> Lei n.º 12.015, de 7 de agosto de 2009. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm)



suas palavras e seus desejos sendo desrespeitados e desvalidados, demonstrando o poder que os homens acreditam ter sobre as mulheres. O trecho “ele interpretou como charme” remete a estudos que evidenciam a dominação masculina e as construções sociais que enxergam e tratam as mulheres como objetos de desejo (Beauvoir, 1949/2014; Butler, 1990/2018). O “não” de uma mulher pode ser interpretado pelo homem como um sinal de interesse. O relato da participante ajuda a compreender como as normas sociais, as relações de poder e a cultura do desejo tiram a autonomia das mulheres.

A participante continua:

Naquele momento, eu acordei, minha amiga tava [*sic*] lá porque ela tinha dormido com o namorado e tal, a gente foi embora e tudo, **naquele momento eu não entendi aquilo como um estupro, eu entendi que eu era uma puta porque ele era namorado da minha amiga e a situação que eu tava [*sic*] é como se eu tivesse transado com o namorado da minha amiga, sabe? Eu sentia que a culpa era completamente minha por aquilo ter acontecido assim.** E daí, as pessoas que estavam ali eram poucas já que viram, ou assim, que souberam ali naquele momento, e daí eu resolvi que eu não ia falar nada pra ninguém [*sic*], não falei nada pra ninguém e segui o baile. Isso foi nas férias. Eu mantive isso sem falar nada e acho que até sem pensar muito sobre isso durante uns seis meses.

O trecho demonstra a responsabilização da participante pela situação de violência à qual foi submetida. Seu relato corresponde ao estudo de Oliveira (2019) que aponta os inúmeros casos de violência de gênero que são invisibilizados, com os quais as mulheres têm de conviver, pois “não foram claras o suficiente em sua vontade” ou porque beberam demais. Isso evidencia que, mesmo quando um crime é cometido, mesmo quando o corpo de uma mulher é violado e seus direitos são tirados, a culpa recai sobre ela(s) (i.e., sobre quem não deveria). A culpa não é do homem, mostrando mais uma vez o poder que ele possui na sociedade.

Massaro et al. (2019) afirmam que os homens reconhecem as mulheres que fazem uso de bebidas alcoólicas como promíscuas. Usualmente, esses mesmos homens incentivam as mulheres a consumirem bebidas alcoólicas devido à perda das suas habilidades motoras e cognitivas. Tal crença é disseminada no campo social. O estudo em questão apresenta a relação perniciosa entre álcool e mulheres nas construções sociais hodiernas que favorecem os homens. A mulher que bebe é considerada promíscua. Assim, se ela consumir álcool tornar-se-á um “alvo” em potencial já que, por ser “promíscua”, o flerte e o sexo seriam mais prováveis. Ao mesmo tempo, os homens seriam coniventes com tal consumo, haja vista que (a) o uso faz com que as mulheres fiquem vulneráveis devido aos efeitos fisiológicos do álcool; e (b) poderá desresponsabilizá-los, uma vez que ela estava “embriagada” ou era “promíscua”. Essa interpretação também condiz com a análise de Cantini e Oliveira (2018), cujo estudo introduz a crença de que mulheres que fazem uso de álcool são promíscuas como uma tentativa de deslegitimar e culpabilizar as mulheres.

P4 prossegue e conta como foi a volta às aulas:

Quando foi em julho, na época estávamos no colégio e **era um ambiente muito escuro**, sabe? Tipo o filme "*Mean Girls*". As meninas se organizavam para excluir as outras. Tinha muito essa fofocagem, enfim. Eu fazia parte das meninas.

Aí, de repente, cheguei na escola e **vi que as pessoas estavam estranhas comigo**. Não estava entendendo o que estava acontecendo e **percebi que estava sendo excluída**, sabe? **Eu chegava nas rodinhas e as meninas viravam a cara**; eu não entendia o que estava acontecendo. **Então, essa minha amiga que era namorada do menino mandou um texto pelo WhatsApp para mim, me confrontando, sabe? Ela dizia que sabia o que tinha acontecido, que tinham contado para ela.**

Nessa época, o menino já tinha terminado com ela e começado a namorar uma das meninas com quem ele está até hoje. **Conversando com uma dessas meninas ele**

contou a história, mas apresentou uma narrativa de que tinha sido consensual, né? [sic] Enfim, a fofoca se espalhou e, do dia para a noite, eu virei a “putona”, sabe? Foi muito horrível. E eu não tinha consciência de que o que tinha acontecido comigo era estupro. Isso me impediu de me defender, de dizer para ela que não foi isso que aconteceu, que foi outra coisa, que eu não pude dizer não, que eu não consegui resistir.

**Pesquisadora:** E não que você não possa ter dito não, né? [sic] Porque você disse não.

**P4:** Falei “não” e isso não foi respeitado, né? [sic] Sim. E, enfim, eu não soube me defender naquele momento. Eu menti para ela dizendo que não tinha acontecido, o que acabou ficando pior porque ela percebeu que eu estava mentindo para ela, né? [sic] Sim. O que se seguiu foi um período horrível.

**Eu chegava da escola... Quando eu ia, porque eu faltava muito, dizia para minha mãe que estava doente e não queria ir. Quando eu ia, chegava da escola à tarde e dormia, dormia até, sei lá, meia-noite. Acordava à meia-noite e nem comia, sabe? Enfim, interpreto, depois da terapia e de tudo, que eu estava vivendo um pico depressivo mesmo. Naquela época, eu não tinha força nem para tomar banho. Não queria lavar o cabelo, que ficava sujo. Ia para a escola de cabelo sujo.**

**Aí teve uma festa junina ou festa julina, não sei, e uma menina me mandou um correio elegante com o número do salão de beleza. Tipo, era nesse nível, sabe? Eu me sentia como se fosse uma “puta nojenta”, sabe? Do nada, virei de uma pessoa que era amiga da galera para alguém completamente excluída.**

A participante conta que, além da violência sexual, teve que vivenciar outros tipos de violência (e.g., julgamento e exclusão) praticada por seus colegas, visto que o perpetrador da violência aparentemente contou uma versão diferente dos fatos. Cerqueira e Coelho (2014)

apontam que o estupro pode causar traumas físicos e psicológicos de curto a longo prazo, como lesões em órgãos genitais, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), depressão, uso de álcool, transtornos de ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático e tentativa de suicídio. Além do estupro, a participante teve de lidar com a culpabilização, o desconhecimento de que havia sido violentada, além da exclusão social e do julgamento de terceiros. É compreensível que tantas violências, tanto implícitas quanto explícitas, tenham impactado seu bem-estar.

## **5.2 Arrematando**

O presente capítulo apresenta as memórias pessoais de violência de gênero das participantes deste estudo abordando a violência simbólica, o assédio sexual, a violência psicológica e a violência sexual. Os relatos revelam as dinâmicas de opressão e de controle presentes nas relações de gênero discutindo como essas formas de violência manifestam-se no cotidiano das mulheres e as influenciam em suas vidas (e.g., social, acadêmica, afetiva, etc.).

A violência simbólica mostra como a opressão pode não se manifestar de forma explícita, mas de maneira encoberta, por meio de práticas culturais e sociais que naturalizam a desigualdade entre os sexos. A narrativa de P5 revela como a discriminação de gênero pode ser invisível e estruturada em micropráticas cotidianas como o tratamento diferente da orientadora com seus alunos do sexo masculino e feminino no contexto acadêmico. A valorização do discurso dos homens em detrimento das mulheres, sem questionamento, exemplifica a violência simbólica que perpetua um sistema de dominação masculina. A participante expressa um "estranhamento" ao perceber as desigualdades, mas ainda não reconhece um nome para isso, refletindo como essa violência pode ser internalizada e naturalizada.

O assédio sexual foi apresentado e discutido não apenas como uma forma de violência,

mas como uma violência banalizada. O relato de P1, em que dois meninos menores de idade fazem comentários sexualizados sobre sua aparência ilustra como a objetificação do corpo feminino é disseminada desde a infância sem que haja uma compreensão de que isso constitui uma violação do espaço pessoal e do direito à dignidade das mulheres. A banalização do assédio é observada na forma como P1 descreve o episódio como algo "nada a ver", refletindo como as mulheres, em muitas situações, são ensinadas a aceitar como normais interações que, de fato, são agressões. No relato de P2 há uma experiência mais grave de assédio em que a participante foi ameaçada fisicamente com uma faca por um homem com quem estava se relacionando. A situação é emblemática do controle que os homens exercem sobre as mulheres utilizando o corpo e a intimidação como formas de dominação. Esse tipo de assédio com ameaças físicas deixa claro o desequilíbrio de poder nas relações de gênero em que o corpo feminino é visto como propriedade que pode ser vigiada e controlada.

A violência psicológica, conforme abordada no relato de P3, refere-se a uma forma de abuso mais insidiosa, mas igualmente devastadora, que afeta a saúde mental e emocional da mulher. P3 descreve uma relação abusiva em que o ex-namorado a agredia verbal e psicologicamente, criando um ambiente de constante medo e insegurança. As tentativas do parceiro de controlar suas emoções, limitando suas ações, e as ameaças veladas ("Você tem medo que eu bata em você? Eu não vou bater em você, eu só falo") demonstram a utilização de uma dinâmica de poder que visa submeter a mulher emocionalmente. A descrição do comportamento do ex-parceiro de gritar e humilhar em público faz parte do ciclo de violência que, muitas vezes, é minimizado no campo social.

A violência sexual narrada por P4 ajuda a compreender como o estereótipo social minimiza o "não" de uma mulher tratando-o como uma simples formalidade ou um convite velado em vez de uma negação clara. Tais interpretações estão enraizadas nas construções sociais que naturalizam a dominação masculina e a objetificação das mulheres. A ideia de que

"não" pode ser interpretado como "sim" ilustra como a autonomia das mulheres é constantemente desconsiderada. P4 também conta sobre a internalização da culpa, pois inicialmente não reconheceu o ato como estupro. Além disso, ela é confrontada por uma das amigas que a acusa com base na versão distorcida (i.e., do agressor) dos fatos e a exclui do seu círculo social. A forma como ela é tratada por suas colegas também está ligada à "culpabilização da vítima", frequentemente observada em casos de violência sexual. A ideia de que a mulher é responsável pelo que aconteceu – seja por ter se vestido de maneira provocante, por ter bebido, por estar em uma situação de vulnerabilidade – é uma das maneiras pelas quais a sociedade tende a minimizar a gravidade do abuso e a transferir a culpa para a vítima.

O relato de P4 também menciona o impacto psicológico do abuso sexual que a levou a desenvolver sintomas depressivos como o isolamento social e a falta de cuidado pessoal, além de dificuldades na escola. A descrição da participante sobre sentir-se sem forças para realizar atividades cotidianas como tomar banho e ir à escola e sobre sentir-se uma "puta nojenta" evidencia o impacto emocional que a violência pode causar. A experiência de P4 ilustra os efeitos traumáticos do estupro não apenas pela violência em si, mas também pela exclusão social, vergonha e confusão interna que muitas mulheres em situação de violência enfrentam ao tentar entender o que ocorreu e como lidar com as consequências emocionais de um estupro.

Em suma, o texto apresenta a violência de gênero em suas diversas formas permeando a vida cotidiana das mulheres desde espaços acadêmicos até relações pessoais e públicas. Ele evidencia que, embora a violência simbólica muitas vezes seja invisível e difícil de identificar, suas manifestações têm um impacto profundo na construção da identidade e na percepção das mulheres sobre si mesmas e sobre seu lugar na sociedade. A violência psicológica, o assédio sexual e a violência sexual, por sua vez, expõem o controle masculino sobre os corpos femininos e como a normalização e a desresponsabilização do homem por seus atos dificultam

a denúncia e o reconhecimento do abuso. Percebe-se uma estrutura sociocultural construída e naturalizada em que práticas sociais de violência e discriminação contra as mulheres são internalizadas e tornam-se parte do seu cotidiano.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---



O presente trabalho buscou descrever e analisar memórias pessoais sobre o desenvolvimento social e a violência de gênero de cinco mulheres maiores de idade do estado de MS. O capítulo *Gênero: Um Marcador Social* apresenta como o meio social dispõe/impõe padrões estéticos (e.g., cuidados com cabelo, unhas, roupas, etc.), comportamentais (e.g., passividade, sensibilidade, delicadeza, submissão, etc.), de orientação sexual (e.g., compulsória) etc. às mulheres. Ao longo dos relatos percebemos como as normas sociais estruturantes tendem a internalizar, desde a infância, o que viria a ser uma menina e uma mulher. Ademais, notamos como a pressão dessa conformação impacta os corpos, ou seja, quando uma mulher não se conforma aos padrões dispostos/impostos do que é considerado "feminino", distanciando-se de uma imagem "ideal", o meio social tende a reagir de forma punitiva (e.g., discriminação, violência verbal, rotulação, etc.) evidenciando a violência como um regulador social. Essa interpretação também indica que, como sociedade, compreendemos e nomeamos as formas punitivas vivenciadas e descritas pelas participantes no primeiro capítulo como "microviolências", o que nos leva a questionar o que nos faz medir a violência dessa maneira. Pensamos em "micro" como violências para nos referir ao seu cotidiano, à sua presença corriqueira nas memórias das participantes e, ainda, ao fato de que manifestavam-se em "pequenezas" de suas vivências. Portanto, não necessariamente, a violência de gênero se apresentaria de forma escancarada, todavia, quando lemos, ouvimos ou falamos de "micro", nos referimos a algo pequeno, mas seria a discriminação, a violência verbal e a rotulação vistas como "piadas", realmente atos "pequenos" de violência? Considerar algo como micro ou pequeno não seria mais uma forma de minimizar, deslegitimar e desvalidar certas violências, ao mesmo tempo em que as naturaliza?

O capítulo seguinte, *Memórias Marcadas: A Violência de Gênero no Cotidiano de Mulheres*, manifesta a presença constante da violência de gênero no campo social. Nesse capítulo, as violências ganham contornos mais explícitos com exposições públicas e marcas

claras nos corpos das mulheres. Externaliza-se que tais violências ocorrem em diferentes espaços (por exemplo públicos e privados) e que, independentemente da proximidade (por exemplo, parentalidade, proximidade, consanguinidade) dos meninos e homens que as praticam, elas são presentes. Além disso, o capítulo evidencia como a naturalização da(s) violência(s) atua em nossas crenças sobre o que seria ou não validado, uma vez que nossas participantes, em diferentes momentos, expressaram que suas histórias seriam "nada a ver", trazendo à tona a construção de uma percepção de histórias de violência contra mulheres como "nada a ver".

Os capítulos abordados retratam nossa estrutura social recheada de normas que baseiam-se no sexo, gênero, raça, orientação, classe, etc. construindo relações assimétricas. Os relatos enfatizam a presença da dominação masculina em nosso sistema fazendo uso das normas sociais para regular e submeter as identidades e os corpos femininos. Aqui, vemos dois tipos de disposição/imposição de normas que ocorrem de forma intrincada. Primeiramente, uma submissão às vontades do outro que aparece, nessas memórias, como um menino/homem. Portanto, é esse menino/homem que sente-se no direito de tocar um corpo sem consentimento, de assediá-la verbalmente com "uma cantada", etc. Em segundo lugar, uma disposição/imposição de normas e valores como "naturais", ou seja, é natural que uma mãe ou avó indique "isto não é roupa de menina", etc. Logo, isso leva-nos a supor que, "naturalmente", meninas e mulheres devem vestir-se, sentir-se, comportar-se, etc. de determinada maneira. Assim, as memórias das entrevistadas também nos sinalizam os atravessamentos geracionais de tais práticas de disposição/imposição de um "ideal" de feminino e, ao mesmo tempo, trazem à luz a marginalização das mulheres que refere-se à ausência de espaço, direitos, respeito, entre outros.

O presente estudo possui relatos profícuos para análise e discussão do fenômeno estudado, contudo, é importante salientar suas limitações: tivemos acesso a poucas

participantes ( $n = 5$ ) e suas características (descritas na Tabela 1, p. 29) podem ter impactado a descrição dos relatos. As participantes são mulheres jovens (possuem entre 22 e 33 anos), em sua maioria ( $n = 4$ ) brancas e com graduação em Psicologia, todas LGBTQIAPN+. Tais características podem impactar seu entendimento acerca das temáticas abordadas neste estudo, suas compreensões sobre gênero, socialização de mulheres e violência de gênero. Assim, novos estudos poderiam/deveriam ser realizados a fim de ouvir outras experiências femininas cujas características sejam díspares das nossas participantes. Ademais, novas análises poderiam ser empreendidas com as memórias ora partilhadas. Por exemplo, será que a formação em Psicologia produz letramento de gênero que leve a escolhas específicas nas psicoterapias e psicoterapeutas? Será que tal letramento impacta na forma como essas mulheres lembram-se e contam a própria história?

Apesar das limitações deste estudo tivemos a oportunidade de acessar e descrever memórias de mulheres sul-mato-grossenses. Contar nossas histórias possibilita-nos compreender a estrutura social em que vivemos. Uma estrutura em que o sexo e o gênero estão imbricados socialmente no que é ser mulher. Como nosso meio opera e como somos impactadas (e.g., de forma pessoal e social) por ele. Como somos moldadas, atravessadas e frequentemente constrangidas a internalizá-lo. Além disso, podemos perceber como os atravessamentos de gênero, raça, orientação, classe, etc. impactam as vivências de diferentes mulheres. Que possamos investigar o fenômeno do gênero e seus marcadores em conjunto para então compreendermos como tais marcadores interagem e amplificam as experiências de opressão das mulheres.

## REFERÊNCIAS

---

- Alizade, M. (2008). Feminilidade primária: feminilidade estrutural. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 42(4), 153-160.
- Amâncio, L. (1993). *Gênero: representações e identidades. Análise das representações do masculino e do feminino e sua articulação com as identidades*. CIES-ISCTE/CELTA.
- Amorim, M. A. (1997). Estereótipos de gênero e atitudes acerca da sexualidade em estudos sobre jovens brasileiros. *Temas em psicologia*, 5(3), 121-134.
- Arambell, E. C. S., Cardoso, M. S., Rodrigues, A. G. S., Eloy, M. V. F. A., & Kirchner, L. F. (2021). Indicativos de Transtornos Mentais em Universitários Sul-Mato-Grossenses. In A. H. B. Silva, L. M. Costa, & P. O. Carvalho (Orgs.), *Políticas e Práticas de Atenção Social aos Adoecimentos da Vida Contemporânea: Diálogos e reflexões em pesquisas*. (Vol. 2, pp. 38-52). Academia Editorial. <https://doi.org/10.29327/531413>
- Azambuja, M. P. R., & Nogueira, C. (2007). Violência de gênero: uma reflexão sobre a variabilidade nas terminologias. *Saúde em Debate*, 31(75-76-77), 97-106.  
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406345310010>
- Associação Americana de Psiquiatria (1973). *DSM-II: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*. APA.
- Badinter, E. (1985). Um amor conquistado: o mito do amor materno. In E. Badinter. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. (pp. 370-370). Nova Fronteira.
- Badinter, E. (1986). *Um é o outro: Relações entre homens e mulheres*. Nova Fronteira.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Beauvoir, S. (2014). *O segundo sexo*. Nova Fronteira. (Obra original publicada em 1949).
- Beraldo, B. (2014). O que é feminilidade? Papéis sociais e o feminismo contemporâneo. In *Congresso Internacional Comunicação e Consumo* (Vol. 4, pp. 1-15).
- Bernaski, J., & Sochodolak, H. (2018). História da violência e sociedade brasileira. *Oficina*

*do Historiador*, 11(1), 43-60.

- Bichara, I. D. (2001). Brincadeiras de meninos e meninas: Segregação e estereotipia em episódios de faz-de-conta. *Temas em Psicologia*, 9(1), 19-28.
- Bourdieu, P. (2017). *A dominação masculina*. Bertrand Brasil. (Obra original publicada em 1998).
- Butler, J. (2011). *Bodies that matter: On the discursive limits of sex*. Routledge. (Obra original publicada em 1993).
- Butler, J. (2018). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. José Olympio. (Obra original publicada em 1990).
- Camurça, M. A., Tavares, F. R. G., Procópio, C. E., & Souza, J. W. (2008). Como é ser jovem em Minas Gerais: Religião, moral, costumes e política. *Principia*, 1(12), 25-41.
- Cantini, A. H., & Oliveira, S. B. (2018). Desconstruindo a concepção de direitos humanos e compreendo o sistema de proteção. *Missões - Revista de Ciências Humanas e Sociais*, 4(1), 106-119.
- Carloto, C. M. (2001). O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. *Serviço social em revista*, 3(2), 201-213.
- Cerqueira, D. R. D. C., & Coelho, D. S. C. (2014). *Nota Técnica n.º 11: Estupro no Brasil: Uma radiografia segundo os dados da Saúde* (versão preliminar). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/75/estupro-no-brasil-uma-radiografia-segundo-os-dados-dasaude>
- Cesar, C. C. F. (2019). *A vida das famílias e suas fases: Desafios, mudanças e ajustes*.
- <https://www.docsity.com/pt/docs/a-vida-das-familias-e-suas-fases-desafios-mudancas-e-ajustes/9407592/>
- Cheung, M., Leung, P., & Tsui, V. (2009). Asian male domestic Violence victims: Services

- exclusive for men. *Journal of Family Violence*, 24, 447-462.
- Connell, R. (2009). *Gender*. (Vol. 14). Polity.
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (1982). Masculinidade hegemônica: Repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(1), 241-282.
- Conselho Federal de Psicologia (2013). *Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em Situação de Violência*.  
<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/05/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologos.pdf>
- Cotrim, L. R., Teixeira, M., & Proni, M. W. (2020). *Desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal no Brasil*. Unicamp.
- Crenshaw, K. W. (1991). Race, gender, and sexual harassment. *Columbia Law Review*, 65, 1467.  
[https://scholarship.law.columbia.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3872&context=faculty\\_scholarship](https://scholarship.law.columbia.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3872&context=faculty_scholarship)
- Cruz, S. U. (2008). A representação da mulher na mídia: Um olhar feminista sobre as propagandas de cerveja. *Travessias*, 2(2), 1-16.
- Cunha, R. S., & Pinto, R. B. (2007). *Violência doméstica: Lei Maria da Penha: 11.340/2006: comentada artigo por artigo*. JusPODIVM.
- Curado, J. C., & Jacó-Vilela, A. M. (2021). Estudos de gênero na psicologia (1980-2016): Aproximações e distanciamentos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, e219132.  
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003219132>
- Dantas, M. H. (2016). *“Dores e cores do arco-íris”: Reflexões sobre a LGBTfobia*. [Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação]. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró.
- Darahem, G. C., Cosentino, M. C., Cândido, G. V., & Massimi, M. (2014). O uso da história

- oral na psicologia: Percepção de experiências individuais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(3), 1039-1053.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo. (Obra original publicada em 1981).
- Faugier, J., & Sargento, M. (1997). Amostragem de populações de difícil acesso. *Revista de enfermagem avançada*, 26(4), 790-797.
- Foucault, M. (1984). História da sexualidade: A vontade de saber. In M. Foucault, *História da sexualidade: A vontade de saber* (Vol. 1, pp. 152-152). Paz e Terra.
- Girard, R. (1990). *A violência e o Sagrado*. Paz e Terra.
- Goodman, L. A. (1961). Snowball Sampling. *Annals of Mathematical Statistics*, 32, 148-170.  
<https://doi.org/10.1214/aoms/1177705148>
- Guedes, O. S., & Daros, M. A. (2009). O cuidado como atribuição feminina: contribuições para um debate ético. *Serviço Social em Revista*, 12(1), 122-134.
- Guimarães, L. A. M., Laudelino, A., Neto, Massuda, J., Jr., Sartoratto, M. M., & Cardoso, M. S. (2023). Síndrome de burnout e transtornos mentais menores em servidores públicos. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, 21(1), 1-8.
- Holanda, F., & Meihy, J. C. S. B. (2007). *História oral: Como fazer, como pensar*. Contexto.
- Hooks, B. (2000). *All about love: New visions*. Women's Press. (Obra original publicada em 1999).
- Hooks, B. (2013). *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. WMF Martins Fontes. (Obra original publicada em 1994).
- Hooks, B. (2018). *O feminismo é para todos: Políticas arrebatadoras*. Rosa dos Tempos.
- Instituto de Pesquisa DataSenado (2023). *Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher* (4.ª ed.). <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/pesquisa-nacional-de-violencia-contra-a-mulher-datasenado-2023>
- Ispizúa, M. A., & Olabuenaga, J. R. (1989). La descodificación de la vida cotidiana: Métodos



- de investigación cualitativa. Universidad de Deusto.
- Lionço, T., & Diniz, D. (2008). Homofobia, Silêncio e Naturalização: Por uma narrativa da diversidade. *Revista Psicologia Política*, 8(16), 307-324.
- Massaro, L. T. D. S., Adesse, L., Laranjeira, R., Caetano, R., & Madruga, C. S. (2019). Estupros no Brasil e relações com o consumo de álcool: Estimativas baseadas em autorrelato sigiloso. *Cadernos de Saúde Pública*, 35(2), e00022118.  
<https://doi.org/10.1590/0102-311X00022118>
- Matos, M. A. V. (2006). *Violência nas relações de intimidade: Estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher* (Tese de doutorado). Universidade do Minho, Braga.
- Melo, M. F. C. (2020). Envelhecimento de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais: Uma abordagem existencial. [Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização]. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Mesquita, D. T., & Perucchi, J. (2016). Não apenas em nome de Deus: Discursos religiosos sobre homossexualidade. *Psicologia & Sociedade*, 28, 105-114.
- Minayo, M. C. D. S. (2006). The inclusion of violence in the health agenda: historical trajectory. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11, 375-383.
- Minuchin, S., Fishman, H. C., & Etcheverry, J. L. (1990). Técnicas de terapia familiar. In S. Minuchin, & H. C. Fishman. *Técnicas de Terapia Familiar*. (pp. 1-24). Paidós.
- Miskolci, R. (2009). A Teoria Queer e a Sociologia: O desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, 150-182.
- Mondada, L. (1997). A entrevista como acontecimento interacional: Abordagem linguística e conversacional. *Rua*, 3(1), 59-86.
- Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação*, 22(37), 7-32.
- Nascimento, M. A. N. (2009). Homofobia e homofobia interiorizada: Produções subjetivas de controle heteronormativo? *Athenea Digital - Revista de Pensamiento e Investigación*

- Social*, (17), 227-239. <https://doi.org/10.5565/rev/athenead/v0n17.652>
- Norris, J. (2008). *The Relationship Between Alcohol Consumption and Sexual Victimization*. VAWnet.
- Novaes, J. V., & Vilhena, J. (2003). De cinderela a moura torta: Sobre a relação mulher, beleza e feiura. *Interações*, 8(15), 9-36.
- Numhauser, J., & Soto, P. (2006). Consejos en la psicoterapia de mujeres víctimas de incesto: Revisión de 59 casos. *Revista chilena de neuro-psiquiatría*, 44(4), 271-281.
- Oakley, A. (2016). *Sex, gender and society*. Routledge.
- Olimpio, L. (2019). Violência de gênero: Uma questão cultural?. *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, 5(5).  
<https://doi.org/10.23899/relacult.v5i5.1455>
- Oliveira, E. R. B. (2010). Sexualidade, maternidade e gênero: Experiências de socialização de mulheres jovens de estratos populares. *Polêm!ca*, 9(1), 62-71. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/polemica/article/download/2708/1856/10296>
- Oliveira, Z. R. (2007). *Educação Infantil: Fundamentos e Métodos*. 3.<sup>a</sup> ed. Cortez.
- Oliveira, A. F. (2019). Invisibilidade e banalização da violência contra as mulheres na universidade: reconhecer para mudar. *Interface*, 23.  
<https://doi.org/10.1590/Interface.190650>
- Oliveira, V. F. (2020). ‘Tá grávida do que?’: (re) pensando as relações de gênero no Chá de Revelação (♀≠♂). *Wamon*, 5(1), 153-164.
- Organização Mundial da Saúde (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*.  
<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bvs-3339>
- Organização Mundial da Saúde. (2021). *Estimativas de prevalência de violência contra mulheres. Estimativas de prevalência global, regional e nacional para violência de parceiros íntimos contra mulheres e estimativas de prevalência global e regional para*

*violência sexual de não parceiros contra mulheres*. OMS.

Paiva, C. & Figueiredo, B. (2003). Abuso no contexto do relacionamento íntimo com o companheiro: definição, prevalência, causas e efeitos. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 4(2), 165-184.

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3838/1/abuso%20no%20relacionamento%20intimo.pdf>

Pamplona, R. F.º (2001). *O assédio sexual na relação de emprego*. LTr.

Pedro, F. D. D. L. (2007). Dinâmica relacional familiar e desnutrição na infância em contexto de vulnerabilidade social.

Petry, A. R., & Meyer, D. E. (2011). Transexualidade e heteronormatividade: Algumas questões para a pesquisa. *Textos & Contextos*, 10(1), 193-198.

Rego, T. C. (2003). Memórias de escola: Cultura escolar e constituição de singularidades. *Vozes*.

Rudnicki, D., Carlos, P. P., & Müller, F. R. (2021). O uso da entrevista na pesquisa jurídica brasileira. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, 8(2), 82-104.

Sá, B. S., Folriani, M. D., & Rampazo, A. V. (2017). Assédio sexual: O poder do macho dentro da universidade. *Estudos de Administração e Sociedade*, 2(3), 22-31.

Sá, C. P. D. (2007). Sobre a psicologia social no Brasil, entre memórias históricas e pessoais. *Psicologia & Sociedade*, 19, 7-13.

Saffioti, H. I. B. (1999). Primórdios do conceito de gênero. *Cadernos Pagu*, (12), 157-163.

Sardenberg, C. M. B. (2015). Caleidoscópios de gênero: Gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. *Mediações*, 20(2), 56-96.

Schmitt, J. C. (1990). A história dos marginais. In Le Goff (Org.). *A história nova*. (pp. 352-390). Martins Fontes. (Obra original publicada em 1978).

Schulman, S. (2010). Homofobia familiar: Uma experiência em busca de reconhecimento.

*Bagoas - Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades*, 4(5).

Scott, J. W. (1992). História das Mulheres. In P. Burke (Org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. Unesp.

Scott, J. W., Louro, G. L., & Silva, T. T. D. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. *Educação & realidade*. 20(2), 71-99.

Teles, M. A. A., & Melo, M. (2002). *O que é violência contra a mulher*. Brasiliense.

Fundo de População das Nações Unidas (2019). *Relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 4. ed: Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil*. UNFPA.  
<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>

Vilela, E. (2010). *Michel Foucault, uma filosofia analítica do poder: Marcas, sinais e traços do silêncio*. UFJF.

Xavier, C., F.<sup>a</sup> (2000). *Educação sexual na escola: O dito e o não-dito na relação cotidiana*. [Dissertação de mestrado], Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

Zanello, V. (2020). *Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação*. Appris.

## **APÊNDICES**

---

## APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

Prezada,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada “Memórias Marcadas: Mulheres que Vivenciaram a Violência de Gênero”. Esta pesquisa está sob responsabilidade de Rodrigo Lopes Miranda (e-mail [rlmiranda@ucdb.br](mailto:rlmiranda@ucdb.br)) e Millene Soares Cardoso (e-mail [soaresmicardoso@gmail.com](mailto:soaresmicardoso@gmail.com)) respectivamente, docente e mestranda do curso de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

Este estudo tem como objetivo identificar e descrever memórias pessoais de experiências de violência de gênero em mulheres em atendimentos psicoterápicos. O convite é para que você conceda uma entrevista à pesquisadora responsável, organizada de maneira semiestruturada, cujo áudio será gravado por meio de um gravador digital e/ou aparelho celular. Esta pesquisa aspira a contribuir para maior compreensão acerca da intervenção psicoterápica de mulheres que vivenciaram a violência de gênero. Visa compreender como este fenômeno é estudado e apreendido no meio científico, alicerçando práticas e políticas públicas que possam contribuir para um maior entendimento acerca de atendimentos psicoterápicos da população feminina.

A pesquisa contará com a utilização de documentação escrita tais como artigos publicados, projetos de pesquisa, etc. Além disso, ela desenvolve-se a partir de uma entrevista com mulheres maiores de idade, residentes da cidade de Campo Grande (MS) que vivenciaram a violência de gênero e que estão em atendimento psicoterápico. A entrevista está programada para ocorrer em aproximadamente 50 (cinquenta) minutos, de forma individualizada. Você será ressarcida de eventuais despesas que tenha vinculadas ao encontro para a entrevista. Caso necessário, outras entrevistas podem ser agendadas.

Entende-se que existe o risco de as memórias da participante acerca de suas vivências de violência desencadearem desconforto e mal-estar. Diante disso, a entrevista poderá ser interrompida a qualquer momento. A profissional psicóloga responsável pela entrevista realizará o acolhimento psicológico necessário. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir

para a atuação das(os) profissionais psicólogas(os), tornando o acolhimento e a intervenção mais efetiva e humanizada.

Considerando as informações constantes dos itens acima e as normas expressas na Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde consinto, de modo livre e esclarecido, participar da presente pesquisa na condição de participante da pesquisa e/ou responsável por participante da pesquisa, sabendo que:

1. A participação em todos os momentos e fases da pesquisa é voluntária e não implica em quaisquer tipos de despesa e/ou ressarcimento financeiro. Em havendo despesas operacionais, essas deverão estar previstas no Cronograma de Desembolso Financeiro e em nenhuma hipótese poderão recair sobre o participante da pesquisa e/ou seu responsável;

2. É garantida a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa;

3. É garantida a liberdade de retirada do consentimento e da participação no respectivo estudo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo, punição ou atitude preconceituosa, podendo participar de outras pesquisas futuras;

4. É garantido o anonimato sem divulgações de voz ou exposição de imagem;

5. Os dados coletados só serão utilizados para a pesquisa e os resultados poderão ser veiculados em livros, ensaios e/ou artigos científicos em revistas especializadas e/ou em eventos científicos, sem qualquer identificação do participante;

6. Você receberá a transcrição de sua entrevista e poderá remover quaisquer partes que julgar pertinente, sem divulgação do conteúdo antes da sua análise para os fins da pesquisa;

7. A pesquisa aqui proposta foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), situado na Av. Tamandaré, 6000, Bairro Jardim Seminário, CEP: 79117-900, Campo Grande – MS (e-mail cep@ucdb.br; telefone para contato (67) 3312-3478); e

8. O presente termo está assinado em duas vias e rubricado em todas as páginas numeradas.

9.

Campo Grande-MS, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

---

Participante da Pesquisa

---

Pesquisadora



**ANEXOS**

---

## ANEXO A - Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DOM BOSCO - UCDB



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Memórias Marcadas: Mulheres que Vivenciaram a Violência de Gênero

**Pesquisador:** Millene Soares Cardoso

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 69772623.9.0000.5162

**Instituição Proponente:** Universidade Católica Dom Bosco

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 6.121.470

**Apresentação do Projeto:**

As informações referentes aos tópicos 'Informações do Projeto' foram extraídas do documento "PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_2103469.pdf", postado pela autora. O presente projeto está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia (GEPeHP). O GEPeHP foi criado em 2015 e tem interesse em estudar os processos de institucionalização, disciplinarização e profissionalização da Psicologia, no Brasil. O grupo possui uma ligação com o programa de Pós-Graduação, mestrado e doutorado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), a partir da atuação do Laboratório de Estudos Históricos em Psicologia, Saúde e Educação (LEHPSE).

**Objetivo da Pesquisa:**

As informações referentes aos tópicos 'Objetivo da Pesquisa', foram extraídas do documento "PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_2103469.pdf", postado pela autora. **Objetivo Geral** Identificar e descrever memórias pessoais de experiências de violência de gênero em mulheres em atendimentos psicoterápicos. **Objetivos Específicos:** Identificar e caracterizar as formas de violência de gênero; Identificar e descrever a história de vida de mulheres vítimas de violência de gênero; Analisar e discutir memórias pessoais de experiências de violência de gênero em mulheres em atendimentos psicoterápicos.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

As informações referentes aos tópicos 'Avaliação dos Riscos e Benefícios' foram extraídas do

**Endereço:** Av. Tamandaré, 6000 Bloco Administrativo 2º Piso, Sala C007  
**Bairro:** Jardim Seminário **CEP:** 79.117-900  
**UF:** MS **Município:** CAMPO GRANDE  
**Telefone:** (67)3312-3478 **E-mail:** cep@ucdb.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DOM BOSCO - UCDB



Continuação do Parecer: 6.121.470

documento "PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_2103469.pdf", postado pela autora. Entende-se que existe o risco das memórias das participantes acerca de suas vivências de violência desencadearem desconforto e mal-estar, diante disso, a entrevista

14  
poderá ser interrompida a qualquer momento. A profissional psicóloga responsável pela entrevista realizará o acolhimento psicológico necessário.

#### 6.6 Benefícios

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir na atuação das (os) profissionais psicólogas (os), tomando o acolhimento e a intervenção destas mais efetiva e humanizada. Além disso, essa contextualização pode servir como um recurso de aquisição e preservação de direitos, bem como no intento de entender as estratégias, suas aplicações e resultados.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Vide "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

#### Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

#### Recomendações:

Vide "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

#### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O pesquisador apresentou todos os documentos de acordo com o recomendado na Resolução CNS nº 466/12 e outras que regulamentam as pesquisas. O TCLE atende às necessidades das resoluções.

#### Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, a Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UCDB, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2103469.pdf	17/05/2023 17:39:46		Aceito
Outros	Roteiro_de_Entrevista.pdf	17/05/2023 17:39:05	Millene Soares Cardoso	Aceito

Endereço: Av. Tamandaré, 6000 Bloco Administrativo 2º Piso, Sala C007  
Bairro: Jardim Seminário CEP: 79.117-900  
UF: MS Município: CAMPO GRANDE  
Telefone: (67)3312-3478 E-mail: cep@ucdb.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DOM BOSCO - UCDB



Continuação do Parecer: 6.121.470

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Atualizado_CEP.pdf	16/05/2023 12:56:28	Milene Soares Cardoso	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Cedencia_Clnica.pdf	16/05/2023 12:55:36	Milene Soares Cardoso	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Atualizado.pdf	16/05/2023 11:44:39	Milene Soares Cardoso	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_assinada.pdf	21/03/2023 10:05:29	Milene Soares Cardoso	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPO GRANDE, 15 de Junho de 2023

---

Assinado por:  
LUDOVICO MIGLIOLO  
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Tamandaré, 6000 Bloco Administrativo 2º Piso, Sala C007  
Bairro: Jardim Seminário CEP: 79.117-900  
UF: MS Município: CAMPO GRANDE  
Telefone: (87)3312-3478 E-mail: cep@ucdb.br